

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO**

MATTEO DE LOS SANTOS ECHEVARRIA

**TRABALHO E MIGRAÇÃO PENDULAR:
UM ESTUDO NARRATIVO SOBRE A FRONTEIRA ENTRE SANTANA
DO LIVRAMENTO (BRASIL) E RIVERA (URUGUAI)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Santana do Livramento

2026

MATTEO DE LOS SANTOS ECHEVARRIA

TRABALHO E MIGRAÇÃO PENDULAR:
UM ESTUDO NARRATIVO SOBRE A FRONTEIRA ENTRE SANTANA
DO LIVRAMENTO (BRASIL) E RIVERA (URUGUAI)

Dissertação de Mestrado apresentado
como requisito para obtenção do título de
Mestre em Administração pela
Universidade Federal do Pampa —
UNIPAMPA.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Laura Alves
Scherer

Santana do Livramento
2026

MATTEO DE LOS SANTOS ECHEVARRIA

**TRABALHO E MIGRAÇÃO PENDULAR:
UM ESTUDO NARRATIVO SOBRE A FRONTEIRA ENTRE SANTANA
DO LIVRAMENTO (BRASIL) E RIVERA (URUGUAI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração.

Dissertação defendida e aprovada em: 25, março de 2026.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Laura Alves Scherer
Orientadora
(Unipampa)

Prof. Dr. Igor Baptista de Oliveira Medeiros
(UFRJ e Unipampa)

Profa. Dra. Angela Beatriz Busato Scheffer
(UFRGS)

Prof. Dr. Silvio de Freitas Barboza
(UTU)



Assinado eletronicamente por **ANDRESSA HENNIG SILVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/03/2026, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1986796** e o código CRC **5757A3A2**.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

E18t Echevarria, Matteo de los Santos
TRABALHO E MIGRAÇÃO PENDULAR: UM ESTUDO NARRATIVO SOBRE A
FRONTEIRA ENTRE SANTANA DO LIVRAMENTO (BRASIL) E RIVERA
(URUGUAI) / Matteo de los Santos Echevarria.
82 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO, 2026.
"Orientação: Laura Alves Scherer".

1. Trabalho. 2. Migração pendular. 3. Fronteiras
internacionais. I. Título.

RESUMO

TRABALHO E MIGRAÇÃO PENDULAR:

UM ESTUDO NARRATIVO SOBRE A FRONTEIRA ENTRE SANTANA DO LIVRAMENTO (BRASIL) E RIVERA (URUGUAI)

A presente dissertação tem como objetivo geral compreender como se configura o trabalho fronteiriço de profissionais qualificados em contexto de migração pendular entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). Como objetivos específicos, propõe-se: a) caracterizar o perfil dos participantes residentes de Santana do Livramento que trabalham em Rivera e vice-versa; b) descrever as trajetórias estudantis e profissionais que levaram à migração pendular por trabalho; e c) analisar oportunidades e desafios associados a essa experiência. O referencial teórico baseia-se em dois eixos principais: i) migração pendular e ii) condições de trabalho em regiões de fronteira. Para a consecução dos objetivos, foram utilizadas narrativas, conforme os preceitos de Jovchelovitch e Bauer (2002), agregando uma abordagem qualitativa e um caráter exploratório ao estudo. Foram realizadas entrevistas com trabalhadores que vivenciam a migração pendular na fronteira internacional entre as cidades gêmeas de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), tendo como critérios de inclusão a posse de curso superior e vínculo formal de trabalho. Participaram do estudo dois grupos de trabalhadores: dez residentes em Rivera (Uruguai) que se deslocam cotidianamente para trabalhar em Santana do Livramento (Brasil) e dez residentes em Santana do Livramento (Brasil) que se deslocam para trabalhar em Rivera (Uruguai). A análise do material empírico permitiu a identificação de cinco temas centrais: Identidades pendulares: migração como pertença; migração como pertença, Questões econômicas, afetivas e as redes sociais no migrar, Performance idiomática: o "falar correto" e o rechace ao portunhol, Uma fronteira, duas configurações institucionais e de trabalho distintas e O preconceito "atenuado" da Fronteira da Paz. Como contribuição teórica, os resultados evidenciam: I) a "emergência" de uma identidade pendular associada a trajetórias de vida fronteiriças; II) as motivações para a mobilidade vão além de fatores econômicos, sendo também influenciadas por redes sociais próximas, como familiares e parceiros afetivos; iii) o portunhol, embora comum no cotidiano, tende a ser evitado em contextos formais de trabalho, privilegiando-se o uso do idioma do país em que a atividade profissional é exercida; iv) a ausência de padrões recorrentes de informalidade ou precarização entre os participantes investigados; e v) as experiências de discriminação se manifestam de forma mais sutil no contexto de migração pendular fronteiriça, vista como "mais leve" pelos participantes, quando comparadas a outros tipos de migração internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Migração Pendular. Trabalho Fronteiriço. Fronteiras Internacionais. Estudo Narrativo. Brasil. Uruguai.

RESUMEN

TRABAJO Y MIGRACIÓN PENDULAR: UN ESTUDIO NARRATIVO SOBRE LA FRONTERA ENTRE SANTANA DO LIVRAMENTO (BRASIL) Y RIVERA (URUGUAY)

La presente disertación tiene como objetivo general comprender cómo se configura el trabajo fronterizo de profesionales calificados en contexto de migración pendular entre Santana do Livramento (Brasil) y Rivera (Uruguay). Como objetivos específicos, se propone: a) caracterizar el perfil de los participantes residentes en Santana do Livramento que trabajan en Rivera y viceversa; b) describir las trayectorias estudiantiles y profesionales que condujeron a la migración pendular por trabajo; y c) analizar las oportunidades y desafíos asociados a esta experiencia. El marco teórico se basa en dos ejes principales: i) migración pendular y ii) condiciones de trabajo en regiones de frontera. Para el logro de los objetivos, se utilizaron narrativas, conforme a los preceptos de Jovchelovitch y Bauer (2002), incorporando un enfoque cualitativo y un carácter exploratorio al estudio. Se realizaron entrevistas con trabajadores que experimentan la migración pendular en la frontera internacional entre las ciudades gemelas de Santana do Livramento (Brasil) y Rivera (Uruguay), teniendo como criterios de inclusión la posesión de título universitario y vínculo formal de trabajo. Participaron en el estudio dos grupos de trabajadores: diez residentes en Rivera (Uruguay) que se desplazan cotidianamente para trabajar en Santana do Livramento (Brasil) y diez residentes en Santana do Livramento (Brasil) que se desplazan para trabajar en Rivera (Uruguay). El análisis del material empírico permitió identificar cinco temas centrales: Identidades pendulares: migración como pertenencia; Cuestiones económicas, afectivas y las redes sociales en el migrar; Performance idiomática: el “hablar correcto” y el rechazo al portugués; Una frontera, dos configuraciones institucionales y laborales distintas; y El prejuicio “atenuado” de la Frontera de la Paz. Como contribución teórica, los resultados evidencian: i) la “emergencia” de una identidad pendular asociada a trayectorias de vida fronterizas; ii) que las motivaciones para la movilidad van más allá de factores económicos, siendo también influenciadas por redes sociales cercanas, como familiares y parejas afectivas; iii) que el portugués, aunque común en la vida cotidiana, tiende a ser evitado en contextos formales de trabajo, privilegiándose el uso del idioma del país en el que se ejerce la actividad profesional; iv) la ausencia de patrones recurrentes de informalidad o precarización entre los participantes investigados; y v) que las experiencias de discriminación se manifiestan de manera más sutil en el contexto de migración pendular fronteriza, percibida como “más leve” por los participantes, en comparación con otros tipos de migración internacional.

PALABRAS CLAVE: Migración Pendular. Trabajo Fronterizo. Fronteras Internacionales. Estudio Narrativo. Brasil. Uruguay.

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas do Centro de Estudios sobre Políticas Educativas (CEPE), da Universidad de la República, pelo coleguismo e pelas trocas acadêmicas.

À Letícia Núñez Almeida, pela amizade, pelo companheirismo e pelo apoio incansável ao longo da minha trajetória acadêmica, profissional e de vida.

Aos 65 estudantes da disciplina de Sociología do LEFoPE — Licenciatura en Educación Física (o. Prácticas Educativas), por constituírem a primeira turma que acompanhei enquanto docente e que, por isso, sempre ocuparão um lugar especial em minhas lembranças.

À minha família, pelo apoio e incentivo ao longo dessa trajetória.

Aos professores doutores Igor, Angela e Silvio, que gentilmente aceitaram participar da banca examinadora.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Problemática.....	13
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Objetivo Geral.....	15
1.2.2 Objetivos Específicos.....	15
1.3 Justificativa.....	16
1.4 Estrutura do Trabalho.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 Modalidades de mobilidade: migração pendular.....	19
2.2 Condições de Trabalho em Regiões Fronteiriças.....	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	40
4.1 Identidades pendulares: migração como pertença.....	40
4.2 Questões econômicas, afetivas e as redes sociais no migrar.....	45
4.3 Performance idiomática: o "falar correto" e o rechace ao portunhol.....	47
4.4 Uma fronteira, duas configurações institucionais e de trabalho distintas.....	52
4.5 O preconceito “atenuado” da Fronteira da Paz.....	56
4.6 Discussão.....	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICE A — ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	76
APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)...	77
APÊNDICE C — USO DE IAG.....	78
APÊNDICE D — APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	79

INTRODUÇÃO

Os trabalhadores fronteiriços, em inglês, *frontier workers* ou *cross-border workers*, são definidos pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) como migrantes que trabalham em um país e mantêm sua residência habitual em um país vizinho, para o qual retornam diariamente ou, no mínimo, uma vez por semana. Além das motivações laborais, que envolvem melhores oportunidades de emprego e inserção em mercados mais favoráveis, esses indivíduos cruzam fronteiras também em busca de acesso a sistemas educacionais e de saúde, benefícios fiscais, dentre outros motivos (Organização Internacional para as Migrações, 2019; 2020).

Em termos teóricos, o trabalho fronteiriço também é frequentemente abordado sob a ótica das migrações. No campo da geografia e da sociologia, este fenômeno é analisado sob a perspectiva da migração pendular, que se refere aos deslocamentos regulares e repetitivos entre o local de residência e o de trabalho ou estudo. Isto é, a migração pendular analisa os movimentos de trabalho fronteiriço, mas também os movimentos relacionados ao estudo. Esses movimentos ocorrem geralmente em curtos intervalos de tempo e podem acontecer dentro de uma mesma cidade, entre estados ou até mesmo entre diferentes países (Moura *et al.*, 2005). Cabe salientar que a migração pendular também pode ser chamada de movimento pendular ou de mobilidade pendular e, em inglês, é chamada de *commuting* (Lobo; Cardoso; Almeida, 2018; Moura *et al.*, 2005; Minatto *et al.*, 2022).

O termo “pendular” tem origem no conceito de pêndulo, proveniente da física, que designa um objeto preso por um ponto fixo e que oscila de um lado para o outro de maneira ritmada e previsível. A imagem do pêndulo, com seu movimento constante entre dois pontos fixos, ilustra de forma clara esse tipo de mobilidade, na qual os indivíduos se deslocam de forma regular entre dois locais sem que isso implique em mudança definitiva de residência (Moura *et al.*, 2005).

O fenômeno da migração pendular com ênfase no trabalho manifesta-se em diversas regiões do mundo, sendo a fronteira entre México e Estados Unidos um dos exemplos mais emblemáticos. Estima-se que 87.675 trabalhadores fronteiriços residentes no México integrem a força de trabalho norte-americana, deslocando-se

diariamente para exercer suas atividades, o que evidencia a magnitude e a relevância desse tipo de mobilidade laboral na contemporaneidade (Romano, 2023). Outro exemplo notável é o movimento de trabalhadores fronteiriços entre a região de Windsor, no Canadá, e Detroit, nos Estados Unidos, onde, em 2011, cerca de 6.120 residentes canadenses deslocavam-se diariamente para exercer atividades laborais em setores como indústria automotiva, tecnologia e serviços, retornando para suas residências no mesmo dia, fenômeno viabilizado, sobretudo, por sua proximidade geográfica, uma vez que se tratam de cidades limítrofes (Canadá, 2011).

Além desses casos, a migração pendular também é amplamente observada na Europa, onde a legislação comunitária reconhece e regulamenta o trabalho transfronteiriço. De acordo com a legislação europeia, um trabalhador transfronteiriço é aquele que trabalha em um país da União Europeia (UE) mas reside em outro, ao qual retorna diariamente ou pelo menos uma vez por semana, dinâmica facilitada pelas curtas distâncias entre os países europeus, que permitem deslocamentos rápidos e frequentes, com uma legislação aplicável híbrida, na qual o país onde o trabalho é exercido regula questões laborais, impostos sobre o rendimento e a maioria dos direitos de segurança social, enquanto o país de residência é responsável por impostos sobre a propriedade, outros tributos e formalidades relacionadas à residência (União Europeia, 2024).

No Brasil, também é comum a migração pendular com os países limítrofes, sobretudo, porque o País possui uma extensa faixa de fronteira terrestre, totalizando 16.885,7 km e abrangendo 10 dos 12 países sul-americanos. Nessa região, encontram-se as chamadas cidades gêmeas, municípios situados lado a lado em países distintos e com mais de dois mil habitantes. O Brasil possui 33 municípios classificados como cidades gêmeas, sendo o estado do Rio Grande do Sul o que concentra o maior número dessas localidades, em suas fronteiras com a Argentina e o Uruguai (Brasil, 2022).

A lógica da migração pendular, na qual trabalhadores se submetem a deslocamentos sob variadas condições em busca de melhores salários ou inserção no mercado, frequentemente associa esse fenômeno a indivíduos com menores níveis de instrução, partindo do pressuposto de que, em teoria, trabalhadores qualificados encontrariam menos dificuldades para se inserir no mercado de trabalho

mais próximo de onde residem. No entanto, o fluxo pendular também é composto por profissionais com nível superior, conforme registrado na literatura sobre as Regiões Metropolitanas de São Paulo (Lameira; Golgher, 2022) e de Fortaleza (Correia, 2020). Nestes estudos, contudo, tais casos figuram predominantemente como dados estatísticos. Diferente dessas abordagens, o presente estudo propõe uma análise qualitativa voltada especificamente aos trabalhadores qualificados, isto é, com formação de nível superior.

No contexto das relações entre Brasil e Uruguai, o Decreto nº 5.105/2004 estabelece diretrizes para a circulação de cidadãos brasileiros e uruguaios em áreas fronteiriças, garantindo-lhes o direito de trabalhar, estudar e residir no país vizinho. O decreto se aplica apenas às regiões fronteiriças entre Chuí, Santa Vitória do Palmar e Barra do Chuí (Brasil) e Chuy, 18 de Julho, Barra de Chuy e La Coronilla (Uruguai); Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguai); Aceguá (Brasil) e Aceguá (Uruguai); Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai); Quaraí (Brasil) e Artigas (Uruguai); Barra do Quaraí (Brasil) e Bella Unión (Uruguai), podendo ser estendido a outras localidades em até 20 quilômetros da fronteira, mediante acordo entre os dois países. Esse acordo bilateral, firmado em 2002 e promulgado em 2004, busca fomentar a mobilidade e a integração das populações que habitam as zonas limítrofes, simplificando processos administrativos e reduzindo barreiras burocráticas para a obtenção de autorizações de residência, trabalho e estudo (Brasil, 2004).

Complementarmente, a Lei Brasileira de Migração nº 13.445/2017 define o residente fronteiriço como aquele que vive em uma área fronteiriça entre o Brasil e um país vizinho, conferindo-lhe direitos específicos, como a autorização para a realização de atos da vida civil no Brasil, a emissão de documentos brasileiros, incluindo a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), além do direito ao trabalho no município autorizado, garantindo a aplicação das normas de proteção ao trabalhador e o cumprimento das obrigações legais e contratuais trabalhistas (Brasil, 2017).

Um exemplo emblemático de região fronteiriça, incluída na lista de cidades abrangidas pelo Decreto nº 5.105/2004, é a formada por Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e Rivera, capital do Departamento de Rivera, localizado ao norte do Uruguai, que é o campo de pesquisa deste estudo.

Caracterizada como uma fronteira seca, sem barreiras físicas, a separação entre as duas cidades é demarcada unicamente por uma linha imaginária, permitindo uma convivência fluida entre as populações locais (Almeida, 2015).

Além da interconexão política e econômica, a região apresenta particularidades culturais marcantes, como a presença de indivíduos com dupla nacionalidade, conhecidos como *doble chapa*, termo que se refere a pessoas que possuem cidadania tanto brasileira quanto uruguaia, facilitando sua circulação e inserção social em ambos os países (Mélo, 2004). Ademais, destaca-se o uso do *portunhol*, idioma falado por aproximadamente 15% da população local. O *portunhol*, uma mescla linguística entre português e espanhol, não apenas reflete a influência recíproca entre os países, mas também desempenha um papel essencial nas interações cotidianas e no comércio transfronteiriço, funcionando como um elemento de identidade e pertencimento na região (Jasinski, 2021).

No contexto da mobilidade laboral, a migração pendular assume relevância singular na fronteira entre Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai. Segundo os censos mais recentes, Santana do Livramento possui 84.421 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022), enquanto Rivera conta com 84.775 habitantes (Uruguai, 2023). Juntas, as duas cidades somam aproximadamente 170 mil pessoas e, conforme Deschamps, Delgado e Moura (2018), em 2011 cerca de 1.462 trabalhadores brasileiros atravessavam diariamente a fronteira para exercer suas atividades, um fluxo contínuo que evidencia a dinâmica socioeconômica específica da região.

1.1 Problemática

Na migração pendular, o trabalhador encontra-se em constante movimento entre sua casa e seu local de trabalho (Moura *et al.*, 2005), criando uma dinâmica em que o trabalhador transita entre dois contextos culturais e sociais distintos, o que pode afetar sua relação com o trabalho.

Estudos apontam que a migração pendular, embora contribua para a integração regional, também evidencia profundas desigualdades sociais e econômicas. No contexto do trabalho, por exemplo, Passareli-Araujo, Souza e Terra

(2015) mostram que, em regiões fronteiriças do Brasil, essa prática tem sido um vetor importante para o crescimento populacional em áreas específicas, ainda que esse crescimento esteja concentrado nas maiores cidades. Esse padrão reflete a centralização das oportunidades laborais e a exclusão de trabalhadores das periferias.

Além disso, no âmbito educacional, a migração pendular apresenta problemas. Francellino (2020) aponta que esse fenômeno é mais comum em áreas isoladas e interioranas, onde as condições precárias de transporte agravam a experiência dos indivíduos, tornando o deslocamento um fator de desgaste físico e emocional.

Estudos como o de Salib (2023) indicam que a migração pendular pode expor os trabalhadores a diferentes formas de vulnerabilidade econômica e social, ampliando desafios relacionados à estabilidade profissional, acesso a direitos e condições dignas de trabalho. Além disso, segundo a autora, esses trabalhadores podem estar submetidos a contratos mais instáveis, remunerações inferiores e menor acesso a benefícios trabalhistas e previdenciários. Ainda, conforme Barboza (2024), em regiões de fronteira internacional, apesar da intensa circulação de trabalhadores entre os dois países, as condições laborais frequentemente são marcadas por vulnerabilidade, relações de trabalho desiguais e até violência simbólica e institucional, o que leva os trabalhadores a constantemente se depararem com cenários de discriminação social e institucional.

Além disso, o trabalho em contexto de migração pendular se insere em uma dinâmica que atravessa marcadores de escolarização e qualificação, frequentemente associando-se a trabalhadores com menor nível de instrução. A amostra analisada por Ramalho e Brito (2016) na Região Metropolitana do Recife evidencia essa relação, sendo majoritariamente composta por indivíduos com Ensino Médio completo e Superior incompleto (48,7%), seguidos por trabalhadores sem instrução e com Ensino Fundamental incompleto (23,1%) e, em menor proporção, por aqueles com Ensino Fundamental completo e Médio incompleto (14,7%). No extremo oposto da distribuição, apenas 13,7% dos trabalhadores possuíam Ensino Superior completo, demonstrando como a escolarização e a qualificação operam como vetores que modulam o fenômeno da migração pendular.

Ademais, a precarização nas regiões fronteiriças intensifica a vulnerabilidade dos trabalhadores, agravada pela incerteza quanto à manutenção do emprego e pela dificuldade de acesso a serviços essenciais, e consequentemente, exercendo um impacto direto na subjetividade desses trabalhadores, influenciando sua percepção de estabilidade e bem-estar (Mendes *et al.*, 2023).

No contexto da região estudada, a problemática que envolve o mercado de trabalho em Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) é marcada por uma precariedade estrutural que atravessa décadas. Segundo Barbosa (2025), a região apresenta um cenário histórico de altos índices de desemprego e uma forte presença da informalidade econômica, agravado pela transição das atividades industriais para o setor de serviços após o fechamento de grandes frigoríficos. Um dado importante destacado pelo autor é que, embora tenha ocorrido um aumento no nível educacional formal da população, a remuneração média permaneceu estagnada ou em declínio. Esse descompasso entre a qualificação obtida e as oportunidades locais gera disparidades acentuadas, demonstrando que a escolaridade superior não tem sido garantia de inserção digna ou rendimentos condizentes no mercado local, reforçando a relevância de investigar como o trabalhador qualificado, diante dessa limitação interna, utiliza a fronteira como estratégia de mobilidade e “sobrevivência” profissional.

Diante desse contexto, formula-se a seguinte pergunta de pesquisa: **como se configura o trabalho fronteiriço de profissionais qualificados em contexto de migração pendular entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai)?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender como se configura o trabalho fronteiriço de profissionais qualificados em contexto de migração pendular entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai).

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar o perfil dos participantes residentes de Santana do Livramento (Brasil) que trabalham em Rivera (Uruguai) e residentes de Rivera (Uruguai) que trabalham em Santana do Livramento (Brasil);
- b) Descrever a trajetória de vida estudantil e profissional que levou à migração pendular por trabalho;
- c) Analisar as oportunidades e desafios da migração pendular por trabalho nesta região de fronteira.

1.3 Justificativa

A justificativa teórica deste estudo reside em abordar um grupo específico de trabalhadores migrantes pendulares, distinto daquele geralmente explorado na literatura. Enquanto pesquisas recentes, como as de Mendes *et al.* (2023), Souza e Zasso (2023), Lameira e Golgher (2022), Ferreira *et al.* (2023) e Salib (2023), concentram-se em trabalhadores em situações de maior vulnerabilidade, incluindo aqueles submetidos a condições análogas à escravidão, o presente estudo focará em profissionais com vínculo formal de trabalho e Ensino Superior completo, permitindo que seja explorado como esse fenômeno afeta os trabalhadores em um contexto de maior qualificação profissional. Outro ponto a se considerar é que os estudos sobre migração pendular, em geral, enfatizam as dificuldades de mobilidade urbana, marcadas pela precariedade dos transportes e pelo alto índice populacional, em contextos onde trabalhadores de cidades-satélite se deslocam em busca de oportunidades nas grandes metrópoles. Esse cenário contrasta com o contexto em estudo, pois Santana do Livramento e Rivera são cidades de porte médio, com populações bastante próximas — 84.421 habitantes em Santana do Livramento (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022) e 84.775 em Rivera (Uruguai, 2023).

Além disso, estudos como os de Braz e Scherer (2024) e Barboza (2024) já abordam a temática do trabalho fronteiriço no contexto entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). O primeiro explora como o trabalho imaterial se manifesta nas experiências de mulheres que integram um coletivo musical. Já o

segundo investiga as formas de inserção precária de trabalhadores uruguaios no mercado de trabalho brasileiro. No entanto, esses estudos não exploram especificamente a migração pendular, uma característica marcante e distintiva das regiões fronteiriças, o que gera uma possível lacuna empírica que, por sua vez, reforça a relevância do presente estudo.

Ademais, embora a migração pendular seja um fenômeno amplamente estudado em áreas como geografia e sociologia, na administração, os estudos que abordam essa temática são escassos. Existem pesquisas que tangenciam, ainda que indiretamente, questões pertinentes à mobilidade entre localidades no contexto laboral, como a de Abbondanza, Scherer e Fleck (2020), bem como a de Fraga, Prestes e Grisci (2020), mas que, no entanto, não exploram diretamente a migração pendular.

Abbondanza, Scherer e Fleck (2020) analisam a mobilidade de casais *dual career*, discutindo questões de gênero e os desafios enfrentados por famílias em que um dos cônjuges necessita mudar de cidade por razões de trabalho, gerando deslocamentos de um ou outro para o encontro familiar. O estudo de Fraga, Prestes e Grisci (2020) aborda sobre a mobilidade de expatriados e o impacto do movimento pendular nas experiências de trabalho e vida cotidiana, num contexto onde o pêndulo representa a fluidez das identidades nacionais e das trajetórias laborais em um cenário de globalização, no qual a estabilidade dá lugar à flexibilidade. Esses estudos tratam de contextos como mudanças permanentes ou temporárias de cidade ou país, mas não exploram especificamente as dinâmicas da migração pendular diária. Sendo assim, esta pesquisa também pode contribuir teoricamente para a ótica das mobilidades nos estudos da Administração.

A justificativa prática deste estudo decorre da constante mobilidade entre dois locais (Moura *et al.*, 2005), caracterizados por legislações trabalhistas e condições socioeconômicas distintas, já que se trata de países distintos. Nesse contexto, o estudo busca compreender as expressões dessa dinâmica na experiência profissional dos trabalhadores fronteiriços com vínculo formal e ensino superior, considerando os desafios e oportunidades que emergem dessa realidade transfronteiriça. Ademais, no âmbito político, o estudo também pode fomentar debates sobre a necessidade de atenção governamental e suporte ao trabalhador

pendular, promovendo o reconhecimento das implicações desse formato de migração.

Por fim, a justificativa prática deste estudo também se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente ao ODS 8 — Trabalho Decente e Crescimento Econômico, pois, ao investigar as condições e desafios enfrentados pelos trabalhadores em migração pendular na fronteira entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), a pesquisa contribui para o entendimento das dinâmicas do trabalho transfronteiriço e suas implicações na qualidade do emprego e, com isso, pode fornecer subsídios para políticas públicas binacionais e iniciativas empresariais que promovam melhores condições de trabalho, inclusão produtiva e segurança jurídica para esses profissionais.

1.4 Estrutura do Trabalho

A presente dissertação encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo, Introdução, apresenta a temática da migração pendular e do trabalho fronteiriço, destacando a relevância da pesquisa, a pergunta de pesquisa e os objetivos do estudo. O segundo capítulo, Referencial Teórico, fundamenta a análise por meio da exploração de conceitos como migração pendular e condições de trabalho em contextos fronteiriços. O terceiro capítulo, Procedimentos Metodológicos, descreve a abordagem adotada, os métodos de coleta e análise de dados, além das etapas de desenvolvimento da pesquisa. O quarto capítulo, Resultados e Discussão, apresenta e analisa os achados da pesquisa à luz do referencial teórico. Por fim, o quinto capítulo, Considerações Finais, retoma os principais pontos do estudo e apresenta as conclusões da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo, são delineados os fundamentos teóricos que sustentam esta investigação. Em um primeiro momento, é discutida a temática da migração pendular, para, em seguida, apresentar as particularidades das condições de trabalho inerentes às regiões fronteiriças.

2.1 Modalidades de mobilidade: migração pendular

A noção de mobilidade diz respeito ao conjunto de deslocamentos realizados pelos indivíduos no exercício de suas atividades cotidianas — como o trabalho, o consumo e o lazer —, sendo, portanto, uma dimensão constitutiva da vida social. No âmbito de disciplinas como a Geografia e a Sociologia, destaca-se, entre as modalidades de mobilidade, a migração pendular, compreendida como um tipo específico de deslocamento regular e sistemático entre territórios, inscrito em marcos espaciais e temporais determinados, notadamente entre o local de residência e o de trabalho (Andan; D’Arcier; Raux, 1994; Jardim, 2007).

Assim como a migração pendular, outras formas de deslocamento têm sido amplamente estudadas, como a migração interna ou intranacional, a migração internacional, a migração de diáspora e a migração forçada. É fundamental, no entanto, estabelecer uma distinção entre a migração pendular e as demais formas de mobilidade populacional. A migração interna ou intranacional, por exemplo, caracteriza-se por movimentos intranacionais, isto é, dentro de um mesmo país, vinculados a processos de urbanização e redistribuição espacial, especialmente a rotatividade migratória — fluxos constantes de entrada e saída que redefinem territórios (Baeninger, 2012; Craide; Fischer, 2012). A migração internacional ocorre quando indivíduos se transferem para outro país, sendo também motivados por fatores econômicos, políticos ou sociais, mas diferenciando-se por não ter duração tão curta quanto a migração pendular (Martine, 2005). A migração internacional, que também pode ser compreendida pela lente da migração transnacional, envolve deslocamentos entre países com manutenção de vínculos duradouros em ambos os territórios, seja por motivações econômicas ou organizacionais, exigindo interações

regulares além das fronteiras nacionais (Kopinak; Miras, 2013). Outra forma relevante é a migração de diáspora, que se diferencia por lealdades religiosas, políticas ou corporativas, criando redes transnacionais baseadas em identidades coletivas e relações centro–periferia (Kopinak; Miras, 2013). Por fim, em contraste às migrações voluntárias, a migração forçada destaca-se por seu caráter involuntário, decorrente de crises políticas, conflitos, guerras ou desastres ambientais (Barcelos *et al.*, 2023), como ocorre com refugiados e migrantes ambientais.

O quadro a seguir propõe uma sistematização do referencial teórico sobre os tipos de migração.

Quadro 1 — Sistematização do referencial teórico sobre os tipos de migração

Tipo de Migração	Características	Autor(a)
Migração Pendular	Deslocamentos regulares e repetitivos entre local de residência e trabalho ou estudo, podendo ocorrer dentro da mesma cidade, entre estados ou entre países; geralmente de curta duração.	Moura <i>et al.</i> (2005), Francellino (2020), Nogueira; Rippel (2022)
	Envolve não apenas o movimento diário das pessoas para cumprir tarefas cotidianas, como trabalho, estudo e lazer, mas também a experiência de viver e interagir com o lugar.	
	Impulsionado pela busca por melhores oportunidades, tanto pessoais quanto profissionais.	
Migração Interna ou Intranacional	Movimentos migratórios que ocorrem dentro de um mesmo país, associados à urbanização e à redistribuição espacial. São marcados pela rotatividade populacional, com fluxos constantes de entrada e saída que transformam os territórios.	Baeninger (2012), Craide; Fischer (2012), Dota; Queiroz (2019)
	Geralmente são impulsionados por cenários de crise econômica, com aumento do desemprego e da informalidade.	
Migração Internacional	Deslocamento para outro país, motivado por fatores econômicos, políticos ou sociais; distingue-se da migração pendular pela duração mais longa e envolvimento com novos contextos sociais.	Martine (2005), Brzozowski (2012)

	Quanto ao desenvolvimento econômico, pode representar uma estratégia de elevação da renda e de fortalecimento da estabilidade econômica da unidade familiar.	
Migração Transnacional	Envolve deslocamentos entre países com manutenção de vínculos duradouros em ambos os territórios.	Kopinak; Miras (2013), Sobrinho; Sirianni; Piffer (2014)
	Requer interações regulares e pode ser motivada por razões econômicas ou organizacionais.	
	É analisada a partir da perspectiva da transnacionalidade, por envolver a formação de vínculos e redes que conectam simultaneamente o país de origem e o de destino.	
Migração de Diáspora	Baseada em lealdades religiosas, políticas ou culturais, com redes transnacionais formadas por identidades coletivas e relações entre centro e periferia.	Kopinak; Miras (2013), Safran (1991)
	Preservam lembranças coletivas e representações simbólicas de sua terra natal.	
Migração Forçada	Ocasionada por crises políticas, conflitos armados ou desastres ambientais; caracteriza-se por seu caráter involuntário, ausência de periodicidade e de vínculos bilaterais estáveis.	Barcelos <i>et al.</i> (2023), Milesi, (2014), Monaiar (2018)
	São marcadas pelo agravamento das vulnerabilidades e pela tentativa de reconstrução da vida em contextos mais dignos e seguros.	

Fonte: Elaboração própria.

Inicialmente, quanto ao termos “migração pendular”, “movimento pendular” ou “mobilidade pendular”, Moura *et al.* (2005) apontam que não há consenso quanto à terminologia utilizada. Segundo os autores, nos estudos sobre essa forma de deslocamento, o termo é frequentemente referido de maneiras diferentes, sendo ora denominado “migração”, ora “movimento”. Quanto ao fenômeno em si, a migração pendular refere-se ao deslocamento diário entre diferentes localidades para a realização de atividades como trabalho ou estudo, sem que isso implique em uma mudança permanente de residência ou na fixação definitiva em outro local, conforme descrito por Moura *et al.* (2005).

Francellino (2020) argumenta que a migração pendular vai além do simples ato de deslocar-se de um ponto a outro. O conceito envolve não apenas o movimento diário das pessoas para cumprir tarefas cotidianas, como trabalho, estudo e lazer, mas também a experiência de viver e interagir com o lugar. Além disso, a autora destaca que esse deslocamento repetitivo cria um vínculo simbólico entre os indivíduos e o espaço, gerando memórias, compartilhamento de experiências e um sentimento de pertencimento ao ambiente urbano.

No âmbito do trabalho, a migração pendular tem sido uma prática comum em regiões fronteiriças no Brasil. Além de representar um sinal de integração regional, essa prática desempenha um papel importante no crescimento populacional, embora esse crescimento permaneça concentrado nas grandes cidades (Passareli-Araujo; Souza; Terra, 2015).

A migração pendular para fins de escolarização é mais frequente em áreas isoladas e interioranas, geralmente associada a condições precárias de transporte, o que tende a proporcionar uma experiência negativa para os indivíduos que a realizam, além de ser marcada por percalços como trajetos longos a pé ou com transporte inadequado, exposição a condições climáticas adversas e a falta de infraestrutura adequada, fatores que agravam as dificuldades enfrentadas por aqueles que buscam qualificação (Francellino, 2020; Peixoto *et al.*, 2021).

Quanto a dimensões demográficas, econômicas e sociais, a mobilidade pendular revela-se não apenas um fenômeno de deslocamento diário entre localidades, mas também um reflexo das dinâmicas sociais e econômicas que estruturam essas relações. Cunha e Pessini (2008), ao investigarem a mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas (RMC), no estado de São Paulo, observam um crescimento expressivo nesse tipo de deslocamento, com um aumento significativo no número de indivíduos envolvidos, que passou de cerca de 180 mil para mais de 200 mil entre os censos de 2000 e 2010. Essa intensificação está intimamente ligada a processos de integração metropolitana, especialização funcional e reorganização das atividades produtivas. Contudo, além de evidenciar uma reorganização territorial, a mobilidade pendular também expõe desigualdades sociais, uma vez que deslocamentos de maior duração são predominantemente realizados por indivíduos de baixa renda, refletindo um cenário em que os custos do

deslocamento recaem mais fortemente sobre as camadas sociais menos favorecidas.

Destaca-se também a predominância masculina entre os migrantes pendulares, conforme observado nas metrópoles cearenses por Correia (2020), apontando um importante diferencial de gênero. Além disso, é demonstrado que a migração pendular contribui para a maximização da renda, corroborando teorias econômicas que associam esse fenômeno à busca por melhores rendimentos. Também é observado que a probabilidade de engajamento na migração pendular aumenta entre grupos etários mais avançados, sugerindo uma interação entre o ciclo de vida, o mercado de trabalho e a mobilidade (Correia, 2020).

No que se refere à caracterização do migrante pendular, Silva (2020), em sua análise de regiões metropolitanas do sudeste brasileiro, aponta que a ausência de vínculos conjugais estáveis pode favorecer a mobilidade, dado que a maioria dos migrantes pendulares não possui cônjuges. Em relação à dimensão racial, é identificada uma maior representatividade de indivíduos brancos entre os migrantes. Além disso, a urbanidade se apresenta como um fator facilitador para a migração pendular, evidenciando que residências em zonas urbanas estão associadas a maior mobilidade.

Quanto à dimensão subjetiva da migração pendular, Mendes *et al.* (2023) destacam que as condições de trabalho precárias em regiões de fronteira promovem um cenário de alta vulnerabilidade. Nesse contexto, os trabalhadores enfrentam riscos à saúde e acesso limitado a serviços básicos. Além disso, a caracterização dos migrantes como "população transitória" reflete as precariedades e instabilidades vivenciadas por esses indivíduos, frequentemente agravadas pelos contextos sociais e econômicos em que estão inseridos.

Destacam-se também estudos como os de Nogueira e Rippel (2022), ao defender que esse fenômeno é impulsionado pela busca por melhores oportunidades, tanto pessoais quanto profissionais. Os autores interpretam os deslocamentos como parte de uma lógica em que os indivíduos investem em suas competências, buscando retornos que justifiquem os custos associados ao deslocamento, o que, por sua vez, sublinha a dimensão econômica e estratégica que permeia as decisões de mobilidade pendular.

O quadro a seguir propõe uma sistematização do referencial teórico sobre migração pendular.

Quadro 2 — Sistematização do referencial teórico sobre migração pendular

Foco do Referencial	Contribuições	Autor(a)
Definição e terminologia da migração pendular	Não há consenso sobre o uso dos termos “migração” ou “movimento” pendular. O fenômeno envolve deslocamentos diários para trabalho ou estudo sem mudança permanente de residência.	Moura <i>et al.</i> (2005)
Relação simbólica e vivência do espaço	A migração pendular envolve mais do que deslocamentos funcionais, criando vínculos simbólicos com os espaços urbanos, por meio de experiências, memórias e sentimentos de pertencimento.	Francellino (2020)
Gênero, ciclo de vida e aspectos econômicos	Predominância masculina entre migrantes pendulares; fenômeno associado à busca por renda; maior incidência entre adultos mais velhos, revelando relação entre mobilidade, trabalho e ciclo de vida.	Correia (2020)
Migração pendular escolar em áreas isoladas	Migração pendular para estudar é comum em áreas rurais, marcada por dificuldades como transporte precário, longos trajetos e falta de infraestrutura, o que compromete a experiência educacional.	Francellino (2020); Peixoto <i>et al.</i> (2021)
Estratégia econômica e investimento pessoal	A migração pendular é motivada por oportunidades e retorno sobre investimentos em capital humano. O deslocamento é uma escolha estratégica, baseada em expectativas de ganho.	Nogueira; Rippel (2022)
Dimensão subjetiva e vulnerabilidade social	Em regiões de fronteira, a migração pendular expõe trabalhadores à precariedade, riscos à saúde e exclusão de serviços. São vistos como “população transitória”, o que agrava sua vulnerabilidade.	Mendes <i>et al.</i> (2023)

Fonte: Elaboração própria.

Cabe destacar que a definição de migração pendular refere-se exclusivamente ao deslocamento diário entre diferentes unidades espaciais, sem que isso implique uma mudança permanente de residência ou estabeleça limites

geográficos rígidos. Portanto, a migração pendular pode ocorrer em diversas escalas, abrangendo deslocamentos dentro de uma mesma cidade, entre estados, países, municípios não fronteiriços ou em regiões de fronteira (Pereira; Herrero, 2009), como será explorado a seguir.

2.2 Condições de trabalho em regiões fronteiriças

Os territórios fronteiriços representam áreas marcadas por dinâmicas sociais e econômicas complexas, onde se intensificam os fluxos migratórios, as trocas comerciais e as interações culturais (Cardin; Albuquerque, 2022). Contudo, essas regiões não se limitam a serem pontos de convergência e integração; elas também revelam particularidades que expõem desigualdades e vulnerabilidades, especialmente no campo das condições de trabalho.

As condições de trabalho na fronteira evidenciam um cenário marcado por precariedade e exclusão, particularmente no caso de trabalhadores imigrantes inseridos em contextos fronteiriços. Esses trabalhadores, frequentemente vindos de regiões vulneráveis, enfrentam múltiplas formas de exploração econômica e social (Helfenstein; Ferrari, 2020).

Para fins de exemplificação, o estudo de Helfenstein e Ferrari (2020) evidencia que, no contexto da fronteira entre o Paraná, a Argentina e o Paraguai, os trabalhadores haitianos, africanos e asiáticos são amplamente incorporados em agroindústrias, onde convivem com relações laborais que perpetuam vulnerabilidades e exclusões sistemáticas. Adicionalmente, imigrantes paraguaios engajados em atividades sazonais, como a construção civil e a agricultura, também estão sujeitos a condições de trabalho precárias, muitas vezes próximas ao trabalho análogo à escravidão. Casos documentados de aliciamento de trabalhadores paraguaios em anos recentes exemplificam essas práticas, que frequentemente resultam em deportação forçada ou abandono desses indivíduos à própria sorte.

As raízes históricas dessas dinâmicas exploratórias são profundas. Na região de fronteira entre Paraná, Paraguai e Argentina, as práticas laborais análogas à escravidão remontam ao final do século XIX e continuam presentes em áreas como o oeste de Santa Catarina e o Paraná. Essas condições degradantes afetam

predominantemente trabalhadores nacionais e paraguaios provenientes da própria zona fronteiriça. Além disso, a falta de conhecimento sobre direitos trabalhistas na legislação internacional contribui para perpetuar ciclos de exploração e invisibilidade social, criando um cenário em que as vulnerabilidades são sistematicamente reproduzidas (Ferrari, 2010).

A informalidade estrutural é outra característica marcante do mercado de trabalho na faixa de fronteira. Em muitos municípios do Arco Norte — abrangendo os estados do Amapá, Pará, Amazonas, Acre e Roraima, com os dois últimos inteiramente inseridos na faixa de fronteira com países como Peru, Bolívia e Venezuela —, mais de 80% dos trabalhadores estão inseridos em relações laborais informais, com vínculos frágeis e setorialmente pouco diversificados. Embora se espere que áreas urbanas mais densas possam oferecer maior estabilidade, essa correlação não se traduz automaticamente em melhores condições de trabalho. Pelo contrário, a urbanização muitas vezes reforça a informalidade, expondo a complexidade das dinâmicas que estruturam o mercado de trabalho nessas regiões (Amaral, 2014).

No caso da fronteira entre Brasil e Bolívia, a predominância da informalidade na inserção laboral de trabalhadores imigrantes bolivianos reflete não apenas uma questão econômica, mas também um apagamento epistemológico. Esses trabalhadores, apesar de registrados no censo, permanecem invisíveis nas bases de dados oficiais, o que reforça sua exclusão e invisibilidade social. Tal cenário evidencia a necessidade de uma abordagem que reconheça e enfrente as múltiplas camadas de exclusão enfrentadas por esses indivíduos (Aguiar, 2018).

A desproteção social e a precarização também afetam diretamente a saúde dos trabalhadores em espaços fronteiriços. A ausência de informação e capacitação sobre políticas de saúde do trabalhador contribui para uma invisibilidade que naturaliza condições subalternas. Nesse contexto, a precarização do trabalho é intensificada por um regime de medo, onde a ameaça de perda do emprego atua como elemento disciplinador, limitando resistências e reforçando consensos tácitos. Essa dinâmica, muitas vezes associada à sobrevivência, perpetua desigualdades estruturais e subjetividades conformadas às condições de precariedade (Almeida, 2011).

A questão das garantias sociais para trabalhadores transfronteiriços e sazonais também é destacada em contextos internacionais. Embora normativas, como a Diretiva de Trabalhadores Sazonais na Europa, proponham diretrizes para tratamento igualitário, limitações estruturais continuam a gerar desigualdades. A ausência de mecanismos efetivos de integração e o descompasso entre igualdade formal e condições materiais evidenciam como práticas discriminatórias permanecem enraizadas, perpetuando dinâmicas de exclusão em relações de trabalho transfronteiriças (Yaroshenko *et al.*, 2023).

Na fronteira entre Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai, trabalhadores fronteiriços enfrentam um cenário de discriminação social e institucional associado à precariedade econômica da região. Fatores como baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, gênero e idade intensificam as vulnerabilidades enfrentadas por esses trabalhadores, que frequentemente carecem de informações sobre seus direitos trabalhistas. Essa falta de conhecimento limita sua capacidade de reivindicação e reforça relações de trabalho desiguais, caracterizadas tanto por exploração econômica quanto por violências simbólicas e sociais. Além disso, práticas institucionais e atitudes discriminatórias de empregadores perpetuam o desprezo de classe, criando barreiras adicionais para a emancipação desses indivíduos (Barboza, 2024).

O quadro a seguir propõe uma sistematização das características do trabalho em regiões de fronteira, conforme analisado no referencial teórico.

Quadro 3 — Sistematização das características do trabalho em regiões de fronteira

Região Fronteiriça Estudada	Características do Trabalho Fronteiriço	Autor(a)
Fronteira entre Paraná (Brasil), Argentina e Paraguai	Trabalhadores haitianos, africanos, asiáticos e paraguaios enfrentam condições precárias em agroindústrias e construção civil, muitas vezes próximas ao trabalho análogo à escravidão, com deportações e abandono frequentes.	Helfenstein; Ferrari (2010)
Fronteira entre Paraná (Brasil), Paraguai e Argentina	Práticas laborais análogas à escravidão remontam ao século XIX, afetando trabalhadores nacionais e paraguaios, com falta de conhecimento sobre direitos, perpetuando ciclos de exploração e invisibilidade social.	Ferrari (2010)
Espaços fronteiriços (não)	A precarização do trabalho é	Almeida (2011)

especificados)	intensificada por um regime de medo, com ausência de políticas de saúde do trabalhador, perpetuando desigualdades e subjetividades conformadas à precariedade.	
Arco Norte (Amapá, Pará, Amazonas, Acre, Roraima) com fronteiras com Peru, Bolívia e Venezuela	Mais de 80% dos trabalhadores estão em informalidade, com vínculos frágeis e setorialmente pouco diversificados, reforçando a precariedade mesmo em áreas urbanas.	Amaral (2014)
Fronteira entre Brasil e Bolívia (UFs não especificadas)	Trabalhadores bolivianos enfrentam informalidade e invisibilidade nas bases de dados oficiais, refletindo exclusão social e econômica, com apagamento epistemológico que reforça sua marginalização.	Aguiar (2018)
Contexto europeu (trabalhadores sazonais transfronteiriços)	Normativas como a Diretiva de Trabalhadores Sazonais não garantem igualdade material, perpetuando desigualdades e práticas discriminatórias nas relações de trabalho transfronteiriças.	Yaroshenko <i>et al.</i> (2023)
Fronteira entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai)	Trabalhadores enfrentam discriminação social e institucional, com baixa escolaridade e qualificação, além de desconhecimento sobre direitos trabalhistas, reforçando exploração econômica e violências simbólicas.	Barboza (2024)

Fonte: Elaboração própria.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as características relacionadas ao trabalho de indivíduos em situação de migração pendular entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). Sob essa perspectiva, foram analisadas as características que configuram suas práticas laborais, considerando os contextos sociais e culturais que moldam suas experiências e subjetividades. A fim de atender ao objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, envolvendo trabalhadores com ensino superior e com vínculo de trabalho formal em situação de migração pendular nessas localidades.

A escolha de uma abordagem qualitativa e exploratória encontra sua justificativa na própria natureza do fenômeno investigado. A pesquisa adotou um caráter exploratório, que, segundo Gil (2002) visa familiarizar o pesquisador com um tema pouco conhecido ou investigado, permitindo uma compreensão mais aprofundada do fenômeno e a construção de hipóteses. Essa abordagem se justifica pela necessidade de mapear e compreender aspectos ainda pouco explorados da migração pendular no contexto fronteiriço entre Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai. A pesquisa qualitativa, com sua profundidade analítica, oferece a flexibilidade necessária para captar as múltiplas dimensões que envolvem as experiências dos sujeitos em contextos sociais complexos (Gil, 2002). Assim, mais do que descrever as práticas laborais dos trabalhadores, a pesquisa buscou estimular reflexões e levantar novas questões que ampliem a compreensão do trabalho transfronteiriço, suas dinâmicas e implicações socioculturais e econômicas.

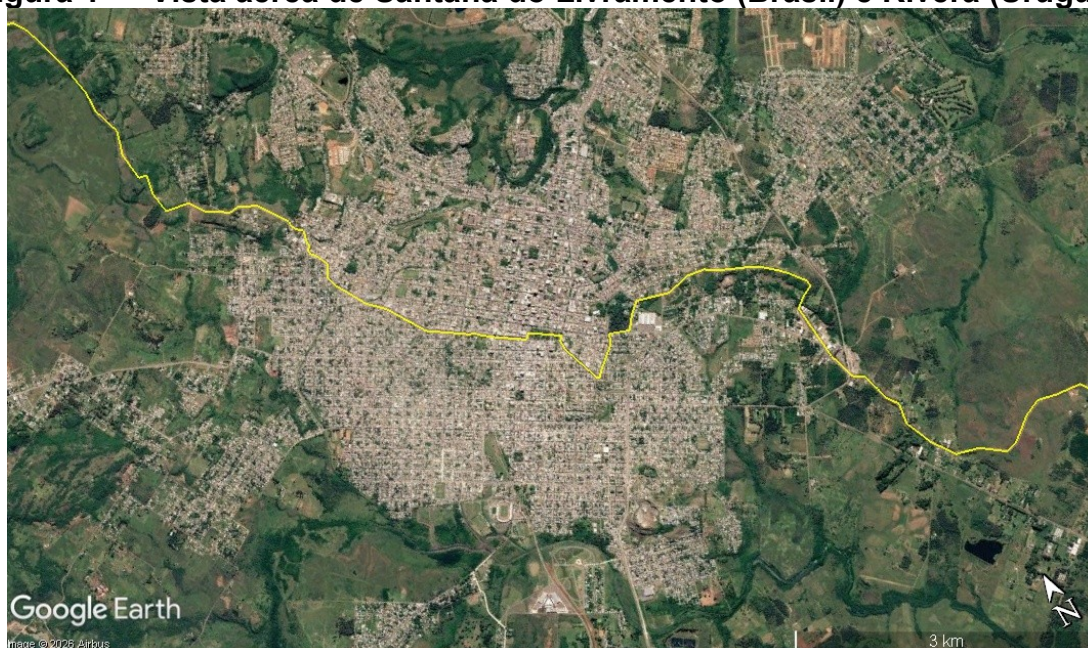
Para tanto, empregou-se o Método Narrativo, conforme proposto por Jovchelovich e Bauer (2002). Esse método é descrito como uma abordagem que valoriza a autonomia do narrador na construção de relatos, partindo de suas perspectivas e vivências. Tal estratégia revela-se especialmente pertinente para investigar as experiências de trabalhadores em situação de migração pendular, pois a narrativa permite captar as nuances das trajetórias estudantis e laborais e os significados atribuídos às práticas cotidianas, sem impor restrições que possam limitar a expressão dos participantes.

Também se destaca a capacidade da pesquisa narrativa de capturar

experiências humanas com riqueza de detalhes, preservando a complexidade e a singularidade das vivências relatadas pelos participantes. Conforme argumentam Jovchelovich e Bauer (2002), essa abordagem oferece aos indivíduos um espaço de expressão livre, permitindo que construam suas narrativas com base em seus próprios referenciais e perspectivas. Embora o pesquisador se baseie em um roteiro de perguntas, há liberdade para incluir questionamentos adicionais, conforme a necessidade. Em contextos como o da migração pendular, nos quais as experiências dos trabalhadores englobam dimensões diversas — pessoais, laborais, sociais e culturais —, a narrativa demonstra-se especialmente relevante para acessar não apenas os aspectos objetivos, mas também os significados subjetivos atribuídos às práticas do cotidiano.

O estudo foi realizado na região fronteiriça entre Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai, um espaço singular que combina proximidade geográfica e interdependência social, cultural e econômica. A escolha dessa região se justifica pela relevância da migração pendular como prática comum entre os trabalhadores locais, possibilitando a coleta de narrativas detalhadas e contextualizadas (Deschamps; Delgado; Moura, 2018).

Figura 1 — Vista aérea de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai)



Fonte: Google Earth (2026).

Os participantes deste estudo foram constituídos por trabalhadores em situação de migração pendular na fronteira entre Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai. Os critérios de inclusão abrangeram: residir em uma das cidades e trabalhar na outra, possuir Ensino Superior completo e manter vínculo formal de trabalho. Não foram estabelecidas restrições quanto à profissão, faixa etária, gênero, cor ou raça. Ademais, buscou-se assegurar o equilíbrio no número de participantes provenientes de ambos os lados da fronteira.

A técnica de coleta de dados fundamentou-se na entrevista narrativa, conforme proposta por Jovchelovich e Bauer (2002). O roteiro foi estruturado a partir de questões abertas, que atuaram como estímulos para que os participantes pudessem narrar suas experiências de maneira livre e espontânea. As questões abrangeram aspectos relacionados à rotina de trabalho, aos desafios inerentes à migração pendular e às percepções sobre o contexto fronteiriço. Tal configuração visou favorecer a criação de um ambiente acolhedor, no qual os participantes se sentissem à vontade para compartilhar suas trajetórias, vivências e reflexões.

As questões que compuseram o roteiro de entrevistas foram elaboradas em consonância com o delineamento teórico do referencial adotado (APÊNDICE A). Esse alinhamento teve como propósito assegurar a pertinência das perguntas e orientar a exploração aprofundada das vivências e dos significados atribuídos pelos participantes às suas experiências no contexto da migração pendular.

A seleção dos participantes ocorreu predominantemente por meio de indicações. Esse procedimento possibilitou o acesso a trabalhadores em situação de migração pendular e favoreceu a ampliação gradual do grupo de participantes ao longo do processo de pesquisa.

No que se refere aos procedimentos de coleta, as entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e dezembro de 2025, tanto de forma presencial quanto por meio da plataforma Google Meet. A modalidade adotada em cada caso foi definida de acordo com a preferência e a conveniência dos participantes, buscando garantir maior conforto e disponibilidade para a realização dos encontros.

A duração das entrevistas variou consideravelmente, com registros de conversas mais breves, em torno de 20 minutos, e outras mais extensas, que ultrapassaram uma hora. Essa variação esteve relacionada à disponibilidade dos

participantes e à fluidez com que as narrativas se desenvolveram ao longo do diálogo.

Aos participantes, foram atribuídos nomes fictícios com o objetivo de preservar suas identidades e garantir a confidencialidade das narrativas. A escolha desses nomes foi orientada pelo local de residência de cada participante, sendo selecionados aqueles considerados entre os mais recorrentes e culturalmente representativos em seus respectivos países.

A partir dessa definição, os participantes foram organizados em dois grupos distintos, de acordo com sua condição de residência e inserção laboral na fronteira. O primeiro grupo foi composto por dez pessoas residentes no Uruguai que exercem atividades profissionais no Brasil, enquanto o segundo reuniu dez pessoas residentes no Brasil que trabalham no Uruguai. A caracterização desses grupos é apresentada nos Quadros 4 e 5, os quais sistematizam as principais informações relativas aos participantes.

Quadro 4 — Residentes no Brasil que exercem atividades profissionais no Uruguai

Identificação fictícia	Gênero	Idade	Nacionalidade	Formação acadêmica	País no qual se graduou	Atividade profissional e local de trabalho
Helena	Feminino	34	Brasileira	Graduação no campo das Ciências Exatas e doutorado no campo das Ciências Humanas	Brasil	Docente em uma instituição de ensino superior pública
Cecília	Feminino	47	Brasileira e uruguaia	Graduação no campo das Ciências Sociais Aplicadas e doutorado no campo das Ciências Humanas	Brasil	Docente em uma instituição de ensino superior pública
Fernanda	Feminino	23	Brasileira	Graduação em Marketing	Brasil	Gerente de Marketing em uma instituição de natureza privada
Emílio	Masculino	45	Brasileira	Graduação e mestrado no campo das Ciências Humanas	Brasil	Docente em uma instituição de ensino superior pública
Heitor	Masculino	31	Brasileira e uruguaia	Graduação e mestrado em História	Uruguai	Docente em uma instituição de ensino básico

						de natureza privada
Marina	Feminino	25	Brasileira	Graduação em Administração	Brasil	Assistente Administrativa em uma instituição de natureza privada
Paula	Feminino	32	Brasileira e uruguaia	Graduação e mestrado em Educação	Uruguai	Coordenadora em uma instituição de ensino básico de natureza privada
Arthur	Masculino	29	Uruguaia	Graduação em Direito e Sociologia	Uruguai	Docente em uma instituição de ensino básico de natureza privada
Pedro	Masculino	44	Brasileira	Graduação em Ciências Contábeis	Brasil	Contador em uma instituição de natureza privada
Alice	Feminino	38	Brasileira	Graduação em Educação Física	Brasil	Docente em uma instituição de ensino básico de natureza privada

Fonte: Elaboração própria.

O grupo 1 é composto por dez participantes residentes em Santana do Livramento (Brasil) que exercem atividades profissionais em Rivera (Uruguai), com idades entre 23 e 47 anos, sendo seis mulheres e quatro homens. É um grupo diverso em termos de idade, formação e trajetória profissional. As graduações são variadas — Direito e Sociologia, Marketing, História, Administração, Ciências Contábeis e Educação Física, bem como graduações nos campos das Ciências Humanas, Exatas e Sociais Aplicadas, como no caso dos docentes vinculados a instituições de ensino superior — e metade dos participantes possui mestrado ou doutorado.

Cabe destacar que, a fim de evitar a identificação de alguns dos participantes, não são apresentadas as titulações exatas dos docentes vinculados a instituições de ensino superior — isto é, não se informa o título específico obtido, mas apenas se o participante possui mestrado ou doutorado, seguido do campo de conhecimento correspondente. Tal decisão não interferiu na análise e nos resultados do estudo,

uma vez que o elemento considerado é o exercício do ofício da docência universitária.

No campo profissional, há uma presença forte da docência: seis participantes atuam como docentes tanto no ensino superior quanto na educação básica, em instituições públicas ou de natureza privada. Os demais trabalham em áreas como administração, coordenação, contabilidade e gestão, em organizações públicas e privadas. Quanto à nacionalidade, seis participantes são somente brasileiros, mas também há dois participantes somente uruguaios e dois brasileiro-uruguaios.

Quadro 5 — Residentes no Uruguai que exercem atividades profissionais no Brasil

Identificação fictícia	Gênero	Idade	Nacionalidade	Formação acadêmica	País no qual se graduou	Atividade profissional e local de trabalho
Javier	Masculino	41	Uruguiaia	Graduação em Engenharia Elétrica e de Telecomunicações	Brasil	Engenheiro Elétrico em uma instituição de natureza privada
Carla	Feminino	27	Uruguiaia	Graduação em Administração e Contabilidade	Uruguai	Assistente Administrativa em uma instituição de natureza privada
Pablo	Masculino	28	Uruguiaia e brasileira	Graduação em Psicologia	Brasil	Psicólogo autônomo
Catalina	Feminino	37	Uruguiaia e brasileira	Graduação em Direito	Brasil	Advogada autônoma
Martina	Feminino	44	Uruguiaia e brasileira	Graduação em Direito e especialização em Direito Processual Civil	Brasil	Advogada autônoma
Sofia	Feminino	Não informado	Uruguiaia e brasileira	Graduação e mestrado em Administração	Brasil	Administradora em uma instituição de ensino superior pública
Alejandro	Masculino	22	Uruguiaia e brasileira	Graduação em Gestão Financeira	Brasil	Assistente Administrativo em uma instituição de natureza privada
Lucía	Feminino	30	Uruguiaia	Graduação em Medicina e especialização em	Uruguai	Médica em uma instituição de natureza privada

				Clínica Médica		e autônoma
Santiago	Masculino	43	Uruguiaia e brasileira	Graduação em Engenharia Civil	Uruguai	Engenheiro Civil em uma instituição de natureza privada
Romina	Feminino	29	Uruguiaia	Graduação em Enfermagem e mestrado em Saúde Pública	Uruguai	Enfermeira em uma instituição de natureza privada

Fonte: Elaboração própria.

O grupo 2 também é formado por dez participantes residentes em Rivera (Uruguai) que exercem atividades profissionais em Santana do Livramento (Brasil), com idades entre 22 e 44 anos, sendo sete mulheres e três homens. Trata-se de um grupo diverso principalmente quanto às trajetórias acadêmicas, reunindo pessoas sobretudo das áreas de Psicologia, Administração, Direito, Educação Física, Enfermagem e engenharias. Há ainda alguns quatro graduados que seguiram para a formação complementar, tanto a nível de especialização quanto a nível de mestrado. Quanto à nacionalidade, quatro participantes são exclusivamente uruguaios, enquanto os demais seis possuem dupla nacionalidade, sendo brasileiro-uruguaios.

Comparando os dois grupos, percebe-se que ambos possuem predominância feminina e alto nível de escolarização. A principal diferença está no perfil profissional. O grupo 1 apresenta maior tempo de carreira e com maior presença na docência, além de maior número de participantes com pós-graduação. Já o grupo 2 é composto majoritariamente por pessoas em outras fases de formação, com inserção profissional mais recente ou ainda em construção.

Em comparação ao grupo 1, nota-se uma relação interessante entre nacionalidade e residência. Entre os participantes com dupla nacionalidade (*doble-chapas*), há quem resida tanto no lado brasileiro quanto no urguiaio da fronteira. Já no caso dos que possuem apenas uma nacionalidade, a distribuição não é simétrica: há uruguaios que moram no Brasil, mas, entre os sujeitos da pesquisa, não há brasileiros que residam no Uruguai. Trata-se, portanto, de um movimento que ocorre em um único sentido no interior do grupo analisado.

Concluída a etapa de coleta dos dados, procedeu-se à análise temática, conforme a proposta de Braun e Clarke (2006), a qual se desenvolve em seis fases.

A primeira fase consistiu na leitura cuidadosa e repetida das entrevistas, com vistas à familiarização com o material empírico. Na segunda fase, foram identificados códigos iniciais a partir das falas dos participantes. A terceira fase envolveu o agrupamento desses códigos em temas mais amplos. Em seguida, na quarta fase, os temas foram revisados e refinados, considerando sua coerência interna e relação entre si. Na quinta fase, procedeu-se à definição e nomeação dos temas. Por fim, na sexta fase, realizou-se a organização e a redação analítica dos resultados, articulando os temas identificados com o referencial teórico adotado.

Cada código foi constituído por diversas falas. Contudo, no Quadro 6, optou-se por apresentar apenas uma ou duas falas representativas de cada código, com a finalidade de exemplificação.

Quadro 6 — Temas, códigos e trechos das entrevistas

Temas	Códigos	Trechos das entrevistas
Identities pendulares: migração como pertença	Trajetórias educacionais binacionais	<i>“Estudar dos dois lados me deu uma visão mais ampla, aprendi a comparar e aproveitar o melhor de cada lugar.”</i> (Martina)
	Dupla cidadania enquanto vantagem estrutural	<i>“Ter dupla nacionalidade desde jovem me ajudou muito na vida adulta.”</i> (Catalina)
	Cidadania única enquanto desvantagem estrutural	<i>“A documentação foi bem complicada... para conseguir a cédula uruguaia no meu caso levou quase um ano. Tive que juntar um monte de registros, ir até Montevideu, correr atrás de documento. E além do desgaste, tem o desgaste financeiro, né.”</i> (Marina)
	Mobilidade pendular internacional facilitada pela fronteira seca	<i>“Atravessar a fronteira é algo normal, faz parte da rotina, como se fosse outro bairro.”</i> (Heitor) <i>“Tu nem sente que tá mudando de país, em alguns casos só muda o lado da rua literalmente.”</i> (Carla)
Questões econômicas, afetivas e as redes sociais no migrar	Motivações econômicas e de oportunidade	<i>“Aqui [Brasil] o custo de vida é mais baixo, o Uruguai é um país caro, mesmo que o salário desde o mínimo também seja melhor [...], constituir casa e família em Santana [do Livramento] para mim foi melhor.”</i> (Paula) <i>“Em realidade eu já morava aqui [Uruguai], [...] depois me formei no</i>

		<i>Brasil e comecei a clínicar [atender pacientes] lá [no Brasil], mas morar sempre morei e sigo aqui [Uruguai].”</i> (Pablo)
	Motivações afetivas, familiares e sociais	<i>“Quem deu a ideia foi meu noivo que é uruguaio, que já estava trabalhando no Uruguai [...], aí fui vendo a documentação, depois quando surgiu a oportunidade consegui um emprego na [empresa uruguaia], mas agora estou na [nome de outra empresa uruguaia].”</i> (Marina) <i>“[...] contou muito a questão de ter me sentido mais acolhida no Uruguai.”</i> (Alice)
Performance idiomática: o “falar correto” e o rechace aoportunhol	Esforço e desgaste mental para falar um idioma estrangeiro no ambiente de trabalho	<i>“Para mim, às vezes é aburrido, porque tu passa o dia policiando, tentando falar de um jeito que não é o teu natural.”</i> (Catalina)
	Barreiras linguísticas no acesso ao emprego e a concursos	<i>“Então, eu até cheguei a prestar outros concursos, né, mas sempre ficava aquela sensação, de que a língua [espanhol] me atrapalhava, de que não é só saber o conteúdo, é saber se expressar do jeito certo.”</i> (Emílio)
	Quanto mais qualificado for o trabalho, maior a exigência para performar mais próximo do idioma do local de trabalho	<i>“Em trabalho mais simples, assim, ninguém liga muito pra como tu fala, o importante é dar conta do serviço, já em ambiente mais formal, qualquer erro vira motivo de julgamento, parece que tão sempre te testando.”</i> (Alejandro)
	O estigma do sotaque	<i>“Quando eu começo a falar, o sotaque aparece na hora, né, e dá pra perceber que a pessoa já cria uma imagem.”</i> (Javier)
Uma fronteira, duas configurações institucionais e de trabalho distintas	Assimetrias institucionais e burocráticas	<i>“A universidade do Uruguai é muito diferente da universidade do Brasil em todos os aspectos desde os burocráticos até os ideológicos, né? As pessoas são distintas, o trato distinto, o conteúdo é distinto. A lógica na universidade uruguaia não é a mesma lógica no Brasil [referindo-se acesso de discentes e docentes à universidade]. A burocracia não é a mesma [referindo-se aos processos administrativos morosos presentes nas universidades brasileiras].”</i> (Cecília)

	Adaptação constante a diferentes sistemas de trabalho	<i>“Eu senti uma superação constante que eu sinto até hoje. Tens que estar sempre aprendendo.” (Cecília)</i>
	Diferenças no ensino superior	<i>“O ensino superior funciona de um jeito muito diferente em cada país, nomeclaturas, títulos, revalidação. São dois mundos completamente distintos.” (Alice)</i> <i>“Durante o processo de reválida, tu ainda não pode trabalhar efectivamente no Uruguai, que foi o meu caso. Daí acaba que tem que juntar toda uma documentação e ainda esperar o tempo, que demora cerca de um ano, mais ou menos, pra finalmente poder exercer, que foi seguramente um dos meus principais desafios.” (Pedro)</i>
O preconceito “atenuado” da Fronteira da Paz	Variações na aceitação do trabalhador pela instituição	<i>“Em ambiente mais acadêmico eu senti mais abertura [enquanto migrante], porque as pessoas são mais abertas.” (Helena)</i>
	Alta qualificação como mecanismo de mitigação da discriminação	<i>“Quando eu vim para cá [Uruguai], eu já tinha pós-doutorado. Então é outra coisa, né? Eu já tinha um currículo que me colocava num lugar onde não tinha discriminação.” (Cecília)</i>
	Percepções sobre a discriminação em comparação a outros lugares	<i>“A discriminação que acontece aqui não é como em outros lugares do mundo... não é como se um palestino fosse trabalhar em Israel, dando o exemplo da guerra na Palestina, por exemplo... somos uma fronteira mais amiga.” (Emílio)</i> <i>“Eu não tive discriminação. Ela existe, claro que existe. Mas isso eu não acredito que tenha a ver com o fato da fronteira. Eu acho que o que acontece é um tema migratório.” (Cecília)</i>

Fonte: Elaboração própria.

A análise do material empírico permitiu a organização dos relatos em cinco temas centrais: *Identidades pendulares: migração como pertença*, *Questões econômicas, afetivas e as redes sociais no migrar*, *Performance idiomática: o “falar correto” e o rechace aoportunhol*, *Uma fronteira, duas configurações institucionais e de trabalho distintas* e *O preconceito “atenuado” da Fronteira da Paz*, construídos a partir da recorrência de aspectos presentes nas experiências dos participantes. O Quadro 6 sistematiza esses temas, explicitando os códigos que os estruturam e as

falas correspondentes a cada um deles.

No que se refere à redação do texto, faz-se necessário mencionar o uso de Inteligência Artificial Generativa (IAG). Seguindo critérios éticos e as orientações da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, foram utilizadas as ferramentas ChatGPT (OpenAI) e Gemini (Google) durante o processo de escrita, empregadas especificamente para a concepção de imagens (Figura 2) e para a revisão estilística do texto, visando ao refinamento gramatical e ao aprimoramento da coesão por meio de conectivos. Ressalta-se que todo o conteúdo gerado pelas ferramentas passou por uma leitura crítica rigorosa para garantir a originalidade e evitar erros ou alucinações da IAG. O detalhamento completo sobre esse uso está disponível no Apêndice C — Uso de IAG.

A seguir, são apresentados os principais temas identificados na análise: *Identities pendulares: migração como pertença; Questões econômicas, afetivas e as redes sociais no migrar; Performance idiomática: o "falar correto" e o rechace aoportunhol; Uma fronteira, duas configurações institucionais e de trabalho distintas; e O preconceito "atenuado" da Fronteira da Paz*, que estruturam a seção de resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes da apresentação dos resultados, penso que é de extrema importância apresentar brevemente os participantes da pesquisa, que compartilharam gentilmente suas narrativas e experiências ao longo do estudo. A trajetória de cada um está descrita de forma breve no Apêndice D, não apenas como uma forma de reconhecimento e agradecimento pela disponibilidade em contribuir com a pesquisa, mas também com o objetivo de situar o leitor quanto aos contextos a partir dos quais emergem as narrativas que compõem o estudo.

4.1 Identidades pendulares: migração como pertença

O primeiro tema identificado, intitulado *Identidades pendulares: migração como pertença*, aborda a vivência dos participantes em um ambiente de intensa troca, mescla e deslocamento, como ocorre na fronteira entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), tanto em: i) aspectos relacionados à formação educacional — conforme indicado pelo código *Trajetórias educacionais binacionais* — quanto nas ii) questões relacionadas a documentos e demais burocracias, de acordo com os códigos *Dupla cidadania enquanto vantagem estrutural* e *Cidadania única enquanto desvantagem estrutural* — e questões de iii) mobilidade cotidiana — código *Mobilidade pendular internacional facilitada pela fronteira seca*. O tema abrange ainda dimensões pessoais sobre como esses indivíduos vivem e percebem a fronteira e suas expressões não apenas no cotidiano, mas também na constituição de suas identidades, transformadas pelo ambiente em que estão inseridos — no caso, um espaço fronteiriço.

Cabe destacar que, embora nem todos os participantes sejam “*dobble-chapa*”, a vivência de todos os residentes se assemelha, afinal, o local de pesquisa, como já mencionado, configura-se como uma fronteira seca, sem divisões físicas como muros, pontes ou cercas, havendo apenas demarcações simbólicas, como marcos. Assim, é comum a todos os participantes a experiência típica do fronteiriço: realizar compras em ambos os lados, transitar livremente para diferentes atividades, como passeios, visitas a amigos e parentes que residem do outro lado da fronteira, e

entre outras práticas cotidianas.

Nas narrativas, aparecem com frequência os relatos de que a experiência de viver na fronteira sempre foi percebida como algo natural, afinal, desde cedo, os participantes estiveram acostumados a transitar entre Brasil e Uruguai, especialmente no âmbito da educação, tendo estudado em escolas de ensino básico — liceos no Uruguai e escolas no Brasil — e instituições de ensino superior — que, no Uruguai, podem ser universidades ou institutos universitários, como os CeRP (Centros Regionales de Profesores), voltados à formação de professores; a UTU, antiga universidade e atual instituição de educação técnica; e os IFD (Institutos de Formación Docente), responsáveis pela formação de docentes para o ensino primário, equivalente aos anos iniciais. Já no Brasil, no âmbito da educação superior, existem universidades e institutos federais, que podem ofertar ensino básico, técnico e superior — e localizadas em ambos os lados da fronteira.

Essa vivência de trajetória educacional “dupla” aparece de forma clara no trecho “minha trajetória de estudo foi toda atravessando fronteira” (Heitor). No caso do participante 5, Heitor, se trata de uma formação que se construiu entre os dois sistemas educacionais: realizou parte da educação básica e o ensino superior no Uruguai — mais precisamente o *profesorado*, equivalente à licenciatura no Brasil —, e posteriormente cursou o mestrado em História já em território brasileiro, na cidade de Passo Fundo, indicando que o deslocamento transfronteiriço não corresponde a tão somente um episódio isolado na vida dos participantes, e sim a um elemento constante de suas trajetórias desde seu início — a trajetória escolar e universitária. É dizer que, para os participantes, a fronteira não é vivida como uma barreira, mas como uma extensão do seu cotidiano e identidade, gerando formas de circulação entre os mais diferentes contextos, sejam eles educacionais, institucionais ou de vida.

Além disso, os participantes apontam que estudar nos dois países contribuiu para uma ampliação de suas perspectivas de vida e educação, pois a possibilidade de comparar experiências educacionais distintas os permitiu identificar e costurar diferenças e assim aprender com cada contexto, como destaca a participante 15, Martina, que cursou o ensino básico no Uruguai e concluiu sua formação universitária em Direito em uma universidade privada no Brasil:

Estudar dos dois lados me deu uma visão mais ampla, aprendi a comparar e aproveitar o melhor de cada lugar, conhecer formas diferentes de ensinar e conviver... me ajudou a perceber as diferenças entre os dois lugares, o que cada um tem de bom e também os desafios, né. (Martina)

Já em relação ao movimento cotidiano de circulação entre os dois lados da fronteira, os participantes narram a fronteira seca de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguay) como um elemento que, para eles, facilita o deslocamento entre os dois países, o que acaba integrando suas rotinas de forma quase imperceptível. É dizer, a travessia aparece como uma prática banalizada, incorporada ao dia a dia, e não como um evento excepcional ou repleto de “obstáculos formais”, tais como fiscalizações e outras formas de burocracias impostas por ambos os países.

De forma geral, as falas dos participantes indicam que atravessar a fronteira é vivido como algo simples e habitual, comparável ao deslocamento realizado dentro de uma mesma cidade, como ocorre em diferentes regiões do Brasil, especialmente em áreas metropolitanas onde municípios são contíguos, como no ABC Paulista, por exemplo. Quando o participante 5, Heitor, afirma que “atravessar a fronteira é algo normal, faz parte da rotina, como se fosse outro bairro da mesma cidade, com o tempo acaba se tornando algo natural, quase automático, já que faz parte dos meus trajetos dos dois lados” (Heitor), se mostra evidente a naturalização desse movimento, marcado pela proximidade em termos espaciais e pela ausência de rupturas simbólicas, como muros ou pontes. Essa percepção é reforçada pela ideia de que “tu nem sente que tá mudando de país, em alguns casos só muda o lado da rua literalmente” (Carla), apontando para uma experiência em que a mudança de país não implica, necessariamente, uma mudança imediata nas práticas cotidianas.

De forma geral, a configuração de fronteira seca aparece como um elemento que favorece a circulação livre entre os dois lados, o que por sua vez contribui para trajetórias marcadas por movimentos frequentes e por uma vivência integrada do espaço urbano. A mobilidade, longe de ser um problema a ser gerido, constitui-se para os participantes como uma condição ordinária da vida na fronteira.

Já em relação às questões documentais — como a posse de cédulas de identidade e demais registros migratórios — as falas dos participantes apontam que ter documentação regularizada nos dois países costuma ter efeito direto em suas

possibilidades de circulação, o que inclui a circulação entre instituições para fins de trabalho. A documentação aparece como um elemento que viabiliza escolhas e reduz “interrupções” nos percursos individuais, sejam eles educacionais, profissionais ou pessoais, especialmente em um contexto marcado por exigências legais distintas, como é o caso do Uruguai e Brasil.

As falas dos participantes sugerem que a dupla nacionalidade, por exemplo, simplifica processos como a busca por trabalho, o ingresso em instituições de ensino e a regularização de documentos, tal qual a fala da participante 14, Catalina, advogada com dupla nacionalidade, que afirma: “ter dupla nacionalidade desde jovem me ajudou muito na vida adulta, eu fiz todo o primário e a secundária no Uruguai e depois consegui vir estudar no Brasil com mais facilidade, [...] foi importante para mim porque eu queria cursar Direito, e em Santana encontrei a possibilidade sem precisar me mudar para longe” (Catalina). No caso da participante, ela conta que uma das facilidades se concretizou com a possibilidade de transitar com menos entraves entre os dois sistemas educacionais: tendo cursado o ensino básico no Uruguai, ela pôde migrar para o ensino superior brasileiro com mais facilidade, motivada por ingressar no curso de Direito em uma universidade privada em Santana do Livramento (Brasil), onde o curso forma advogados. No lado uruguaio da fronteira, a alternativa mais próxima ao Direito estava vinculada ao *profesorado* em *Derecho y Sociología*, voltado à docência; para cursar *Abogacía* — equivalente ao curso de Direito brasileiro —, ela conta que seria necessário deslocar-se para Montevideú.

Já em contraste com o código anterior — que evidenciava as vantagens de possuir a documentação regularizada —, emerge aqui o reverso: as dificuldades, entraves e desgastes implicados justamente na tentativa de obtê-la para quem possui cidadania única (brasileira ou uruguaia). Se antes a ênfase recaía sobre as possibilidades abertas pelo reconhecimento formal em ambos os países, agora o foco se concentra para o percurso até esse reconhecimento, muitas vezes longo e oneroso.

Nesse sentido, a documentação deixa de aparecer como garantia imediata de direitos e passa a ser experimentada como processo. A participante 6, Marina, brasileira de cidadania única, motivado pela busca de uma “ampliação de

horizontes” no mercado de trabalho — de acordo com a participante, por mais que já atuasse no Brasil, buscava também oportunidades no lado uruguaio —, e também pelo fato de o parceiro trabalhar no lado uruguaio. relata a dificuldade e a demora no acesso à cédula de identidade uruguaia:

A documentação foi bem complicada... para conseguir a cédula uruguaia no meu caso levou quase um ano. Tive que juntar um monte de registros, ir até Montevideu, correr atrás de documento. E além do desgaste, tem o desgaste financeiro, né. (Marina)

Cabe destacar que a cédula de identidade uruguaia — equivalente ao RG brasileiro — não corresponde automaticamente à cidadania uruguaia, mas faz parte do processo de regularização do estrangeiro no país. No caso de cidadãos brasileiros interessados em residir no Uruguai, a obtenção da cédula geralmente ocorre no contexto do pedido de residência legal, permitindo que a pessoa viva e trabalhe no país de forma regular. No entanto, isso não significa que o indivíduo já seja um cidadão naturalizado. Para a naturalização, é necessário cumprir outras etapas, que incluem a manutenção de residência legal por um período determinado e a posterior avaliação pelas autoridades competentes. Em muitos casos, a legislação prevê um período mínimo de cerca de três anos de residência habitual para que estrangeiros com vínculos familiares no país possam solicitar a cidadania legal uruguaia (Uruguai, 2026).

Observa-se ainda que, em algumas narrativas, a questão da residência legal aparece como um aspecto que nem sempre corresponde à forma como esses trabalhadores efetivamente vivem e circulam na região. Em certos casos, os participantes mencionam, no “plano burocrático”, possuir residência registrada no país em que trabalham — por razões legais ou administrativas —, embora na prática, fora do plano burocrático, mantenham sua vida cotidiana no lado oposto da fronteira, situação que demonstra a complexidade das dinâmicas fronteiriças, nas quais os limites entre residência formal e residência efetiva se tornam mais “flexíveis”, ao mesmo tempo em que trazem aproximações entre o que é legalmente estabelecido e aquilo que se configura como legítimo nas práticas cotidianas de circulação e trabalho.

No que diz respeito ao momento em que os participantes deram início à tramitação documental no país vizinho — seja para a regularização da situação migratória e de residência (no caso dos trabalhadores pendulares sem dupla cidadania) ou para a obtenção da dupla nacionalidade (no caso dos *double chapa*) —, observa-se a ausência de um “consenso”, embora existam leves tendências distintas entre os grupos. Para os *double chapa*, a maioria indica em suas narrativas que usufruem dessa condição e vivenciam a pendularidade desde cedo, tendo obtido a dupla nacionalidade ainda na infância, adolescência ou início da vida adulta. Em contrapartida, no grupo dos trabalhadores que não possuem ou não buscaram a dupla cidadania, observa-se que o início da tramitação documental costuma coincidir com a oportunidade de emprego. Diferente do primeiro grupo, não há um marcador etário ou fase da vida definida; o marcador é a inserção no mercado de trabalho.

Dessa forma, se por um lado a posse dos documentos amplia possibilidades — de trabalho, de educação e de vida —, por outro, o caminho até eles revela uma fronteira que se reafirma no “plano burocrático”. A fluidez vivida no cotidiano contrasta com a rigidez dos trâmites formais, e a fronteira que, nas práticas diárias, parece quase imperceptível, reaparece nos procedimentos administrativos como exigência, espera e comprovação constante de identidade.

4.2 Questões econômicas, afetivas e as redes sociais no migrar

Já em relação ao segundo tema — os atravessamentos que levam os migrantes pendulares objeto deste estudo a realizarem o movimento Brasil–Uruguai ou Uruguai–Brasil — optou-se por organizar o tema em dois códigos, além de algumas subdivisões internas entre eles, a saber: i) Motivações econômicas e de oportunidade — motivações econômicas e de oportunidade para viver no Uruguai e trabalhar no Brasil e motivações econômicas e de oportunidade para viver no Brasil e trabalhar no Uruguai — e ii) Motivações afetivas, familiares e sociais.

Quanto à sua motivação para trabalhar no Uruguai e viver no Brasil, a participante 7, Paula, coordenadora em uma instituição de ensino básico de natureza privada, que formou família e estabeleceu residência no Brasil, narra:

Aqui [Brasil] o custo de vida é mais baixo, o Uruguai é um país caro, mesmo que o salário desde o mínimo também seja melhor [...], constituir casa e família em Santana [do Livramento] para mim foi melhor. (Paula)

Esse relato converge com a questão de que o salário-mínimo em 2026 no Uruguai é de aproximadamente 25.383 pesos uruguaios (cerca de 3.300 reais), enquanto no Brasil o salário-mínimo é de 1.621 reais, equivalente a aproximadamente 12.400 pesos uruguaios (Uruguai, 2025; Brasil, 2025). No entanto, junto à questão salarial, a participante também aponta que o custo de vida no país é bastante elevado, o que faz com que viver no Brasil seja, em muitos casos, mais barato e viável. Embora os salários sejam mais baixos, preços de imóveis, aluguéis e diversos bens de consumo duráveis e não duráveis tendem a ser mais acessíveis no Brasil, com exceção dos conhecidos *duty free shops* do Uruguai, que, como o próprio nome indica, são lojas livres de impostos (*duty free*) voltadas exclusivamente ao público estrangeiro, contribuindo, entre outras coisas, para aquecer o comércio local.

Nessa subdivisão, portanto, as motivações aparecem de forma relativamente clara: é mais vantajoso viver no Brasil porque o custo de vida e os imóveis são mais baratos, assim como os bens de consumo em geral, como supermercado e combustível, e é mais vantajoso trabalhar no Uruguai porque os salários são mais altos.

Na subdivisão seguinte — referente ao motivo pelo qual o grupo 2 trabalha no Brasil e vive no Uruguai — o que se observa está mais relacionado a questões de oportunidade — isto é, aos lugares onde essas pessoas acabaram se encontrando profissionalmente, onde conseguiram um emprego — e também a questões de comodidade. Esse é o caso, por exemplo, de pessoas que passaram a trabalhar no Brasil apenas depois de já terem constituído residência no Uruguai e que, naquele momento, não encontraram motivos para se mudar para o lado brasileiro, como relata o participante 13, Pablo, psicólogo brasileiro-uruguaio que reside no Uruguai: “Em realidade eu já morava aqui [Uruguai], [...] depois me formei no Brasil e comecei a clinicar [atender pacientes] lá [no Brasil], mas morar sempre morei e sigo aqui [Uruguai]” (Pablo). Assim, o que se percebe é que, para alguns participantes do grupo 2, o fato de trabalhar no Brasil e viver no Uruguai aparece mais ligado a questões de comodidade, trajetórias pessoais e circunstâncias profissionais que

foram se configurando ao longo do tempo.

Nas narrativas, é frequente que participantes relatem que realizam esse movimento motivados pela experiência do parceiro ou da parceira na fronteira, familiares ou mesmo por influência de amigos próximos que os incentivaram, sugeriram ou facilitaram possibilidades de trabalho. No entanto, a participante 10, Alice, docente de educação física brasileira, narra que, para além das questões afetivas, sente-se mais à vontade com o — entre aspas — “estilo” do Uruguai, que percebe como menos passional, vibrante e multicultural do que o do Brasil. Ela narra: “[...] contou muito a questão de ter me sentido mais acolhida no Uruguai desde o início, fui criando vínculos e me sentindo bem aqui [...], acho que faz diferença, porque me senti mais confortável, mais incluída, de uma forma muito positiva” (Alice), explicando que, para ela, seu estilo de vida e sua personalidade teriam mais a ver com o Uruguai. Narra que não possui religião, é mais reservada e introspectiva, e entende que essas características combinam mais com o Uruguai, descrevendo o Brasil como um país mais caloroso, passional e religioso.

Conforme mencionado, também há participantes residentes no lado brasileiro, como a participante 6, Marina — santanense, brasileira e, atualmente, assistente administrativa, que teve várias experiências de trabalho no Brasil mas hoje trabalha no Uruguai —, que realizam essa travessia por questões afetivas. No caso dela, pela experiência do parceiro uruguaio no Uruguai. A participante teve a oportunidade de trabalhar no lado uruguaio a partir da inserção profissional do noivo e também pelo desejo de permanecer mais próxima dele. Ela narra: “quem deu a ideia foi meu noivo que é uruguaio, que já estava trabalhando no Uruguai [...], aí fui vendo a documentação, depois quando surgiu a oportunidade consegui um emprego na [empresa uruguaia], mas agora estou na [nome de outra empresa uruguaia]” (Marina).

4.3 Performance idiomática: o “falar correto” e o rechace ao portunhol

Como já mencionado, o idioma oficial do Brasil é o português e o do Uruguai é o espanhol. Nas regiões de fronteira — como Santana do Livramento–Rivera,

espaço aqui analisado — é relativamente comum o uso do chamado “portunhol”, uma forma mesclada de comunicação que nasce da convivência histórica entre os dois países. No cotidiano, essa mistura ocorre de maneira espontânea e, na maior parte das vezes, funcional. Porém, em espaços mais formais, especialmente em ambientes de trabalho com maior grau de “institucionalização”, tanto o portunhol quanto o sotaque fronteiriço ou a não-fluência podem ser vistos como inadequados ou pouco profissionais.

Nesse contexto, o terceiro tema, *Performance idiomática: o “falar correto” e o rechace ao portunhol*, organiza as narrativas dos participantes acerca das questões idiomáticas que atravessam suas vidas nos âmbitos educacionais, de trabalho e de vida, especialmente no que diz respeito: i) ao “cansaço” e a vigilância exigidos ao trabalhar em um idioma que não é o materno — aprofundada no código “*Esforço e desgaste mental para falar um idioma estrangeiro no ambiente de trabalho*”; ii) a como a língua pode operar como critério de exclusão ou elemento de dificuldade no ingresso em determinados postos e concursos, no código “*Barreiras linguísticas no acesso ao emprego e a concursos*”; iii) a percepção de que quanto mais qualificado e formalizado é o cargo, maior a pressão por adequação à norma linguística vigente — que compõe o código “*Quanto mais qualificado for o trabalho, maior a exigência para performar mais próximo do idioma do local de trabalho*”, e por fim; iv) aos julgamentos e constrangimentos associados ao modo de falar, tema organizado no código “*Estigmas do sotaque*”.

Uma das primeiras dimensões relacionadas à linguagem que emerge com frequência nas narrativas dos participantes é a diferença entre a língua usada no espaço doméstico e aquela exigida no ambiente de trabalho. Em casa, a língua é associada a um uso mais espontâneo e cotidiano, enquanto no trabalho surge a necessidade de maior cuidado com a forma de falar. O participante 17, Alejandro, uruguaio-brasileiro cuja língua materna é o espanhol, descreve essa passagem ao afirmar: “Em casa a gente fala espanhol o tempo todo, né, aí quando chega no trabalho parece que tu precisa virar outra chave, cuidar cada palavra, mudar a forma de falar, prestando mais atenção para ser entendido, porque são lugares bem diferentes e às vezes em alguns lugares não vão te entender, ainda mais um sotaque mais montevideano” (Alejandro), indicando que o ambiente de trabalho

exige um modo diferente de se comunicar, no qual cada palavra precisa ser pensada, uma vez que a língua utilizada no trabalho é o português, exigência que faz com que a língua do trabalho seja percebida como mais controlada e menos natural do que aquela utilizada no espaço doméstico.

Essa necessidade constante de vigília aparece também na fala da participante 14, Catalina, também uruguaia-brasileira cuja língua materna é o espanhol: “Para mim, às vezes é aburrido, porque tu passa o dia policiando, tentando falar de um jeito que não é o teu natural, apesar de estarmos numa fronteira... e apesar de fronteira, nem todos são bilíngues” (Catalina), cansaço ligado ao esforço contínuo de adaptar a forma de falar ao longo do dia. O uso do português no trabalho, nesse sentido, não é vivido apenas como comunicação, mas como uma tarefa que exige atenção permanente.

Já as barreiras linguísticas aparecem nas narrativas dos participantes como um elemento constante que dificulta o acesso não apenas ao emprego, mas também à participação em concursos públicos, de forma que, mais do que o domínio do conteúdo exigido, alguns participantes apontam que existe o fator de saber se expressar de acordo com as expectativas de determinados espaços, o que envolve não apenas a língua em si, mas também a forma considerada adequada de falar e escrever.

O participante 4, Emílio, brasileiro, docente em um instituto universitário público, relata que, apesar de ter prestado diferentes concursos, permanecia a sensação de que o espanhol funcionava como um obstáculo: “Então, eu até cheguei a prestar outros concursos, né, mas sempre ficava aquela sensação, de que a língua [espanhol] me atrapalhava, de que não é só saber o conteúdo, é saber se expressar do jeito certo” (Emílio), indicando que a dificuldade nem sempre está relacionada à falta de conhecimento, mas à forma como esse conhecimento precisa ser apresentado. Nesse contexto, portanto, a linguagem assume um papel distinto, operando como um critério implícito de avaliação.

Essa experiência se manifesta de forma ainda mais clara quando o mesmo participante afirma: “Às vezes eu sabia exatamente o que responder, mas travava na hora de falar ou escrever [no ambiente de trabalho], pensando muito nas palavras e em como falar certo, me deixava inseguro, [...] momentos em que eu não entendia

direito alguns alunos” (Emílio). O “travar” mencionado demonstra uma dificuldade no momento da expressão, especialmente em situações formais, nas quais há maior pressão para se comunicar de determinada maneira. Assim, a barreira linguística não se restringe ao conteúdo das respostas, mas interfere na maneira como o sujeito consegue se colocar e responder às exigências desses processos.

Por outro lado, os relatos também mostram que essa relação com a linguagem pode se modificar ao longo do tempo. A participante 6, Marina, brasileira de cidadania única, destaca que, com a experiência, passou a lidar melhor com essas situações: “Vejo que com o tempo fui pegando mais confiança, né, hoje consigo me virar bem melhor, e vejo que abriram algumas portas que antes eu achava que não iam abrir [em relação à fluência em espanhol]” (Marina).

As narrativas dos participantes sugerem que, quanto mais qualificado é o trabalho, maior tende a ser a exigência em relação à forma de falar no ambiente profissional. Nessas situações, aparece com mais força a expectativa de que a pessoa utilize o idioma do local de trabalho de maneira mais próxima do padrão esperado, o que faz com que a forma de se comunicar passe a ser observada e avaliada com maior atenção no cotidiano laboral — código *Quanto mais qualificado for o trabalho, maior a exigência para performar mais próximo do idioma do local de trabalho*.

A participante 16, Sofía, administradora em uma universidade pública, ao se referir ao contexto universitário, descreve esse espaço como um ambiente no qual há maior cuidado com a linguagem: “Num ambiente em que a gente, que no meu caso, é a universidade, que é um ambiente acadêmico, a gente utiliza um linguajar muito mais polido, né?” (Sofía), indicando que, nos espaços formais, especialmente aqueles ligados à academia, existe uma expectativa bastante clara de uso de uma linguagem mais culta e fluente, considerada adequada ao status e às normas do ambiente daquele determinado país.

Essa exigência aparece de forma ainda mais contrastante quando comparada a ambientes de trabalho considerados mais simples ou populares: “Em trabalho mais simples, assim, ninguém liga muito pra como tu fala, o importante é dar conta do serviço, já em ambiente mais formal, qualquer erro vira motivo de julgamento, parece que tão sempre te testando” (Alejandro), conforme o participante 17,

Alejandro, assistente administrativo de dupla nacionalidade, que relata já ter exercido atividades laborais em ambientes mais simples, sugerindo que, nesses ambientes, o foco está mais na execução da tarefa do que na forma de se expressar, o que torna a linguagem menos vigiada e menos central na avaliação do trabalhador.

Em convergência, a discriminação associada ao sotaque e à não fluência linguística aparece nos relatos dos participantes de forma marcada, especialmente vinculada a sentimentos de vergonha, deslocamento e dificuldade de inserção social e profissional. A linguagem, portanto, não age apenas como um meio de comunicação, mas como um elemento que influencia diretamente a forma como os sujeitos são percebidos e tratados nos diferentes espaços.

A experiência de não dominar o português desde a trajetória escolar é descrita por uma das participantes como uma dificuldade central em sua narrativa, afetando sua forma de se relacionar com os outros e de se posicionar socialmente:

A minha grande dificuldade assim, desde sempre, foi não saber falar português. Aí, então, era uma pessoa bem introspectiva, bem “fora”, assim, deslocada de lugar, justamente porque a minha infância toda falei em espanhol. Era uma coisa que eu tinha bastante vergonha assim, porque o meu português era bem ruim. (Sofía)

A fala mostra como, para a participante, a não fluência esteve associada, desde cedo, a sentimentos de vergonha e retraimento. A participante relata uma vivência marcada pela sensação de não pertencimento, na qual a dificuldade com a língua contribuiu para uma postura mais introspectiva e para a percepção de estar “fora de lugar”.

Além da não fluência, o sotaque também surge como um marcador que provoca reações nos outros. O participante 11, Javier, engenheiro elétrico uruguaio graduado e que exerce suas atividades laborais no Brasil, conta: “Quando eu começo a falar, o sotaque aparece na hora, né, e dá pra perceber que a pessoa já cria uma imagem” (Javier), indicando que o sotaque funciona como um sinal imediato, capaz de gerar julgamentos prévios e expectativas sobre quem está falando.

Esses efeitos nem sempre se manifestam de maneira explícita. Como conta a

participante 10, Alice, docente em uma instituição de natureza privada: “Às vezes não falam nada diretamente, mas o jeito de tratar muda, fica mais distante, parece que existe uma certa barreira por ser estrangeira, como se demorassem mais para criar proximidade confiança principalmente” (Alice). Esse relato mostra que a discriminação nem sempre ocorre por meio de comentários diretos, mas pode aparecer de forma sutil, no distanciamento, na mudança de atitude ou na forma como o outro passa a se relacionar.

Quanto à problemática enfrentada pelos migrantes pendulares de ambos os grupos — o desafio de comunicar-se em um idioma distinto de sua língua materna —, é pertinente mencionar que esse cenário também é compartilhado pela migração internacional. Esta última diferencia-se da pendular principalmente pela dimensão temporal, uma vez que o migrante internacional, em regra, não retorna ao país de origem em um curto espaço de tempo. Exceto nos casos em que o destino possui o mesmo idioma natal do migrante, este também precisará se mobilizar para comunicar-se em uma língua estrangeira, assemelhando-se, nesse aspecto, ao migrante pendular.

Cabe, portanto, uma menção especial no que diz respeito ao sotaque e às formas de expressão fronteiriças pois, ainda que, no plano de alguns discursos, ele seja celebrado como expressão da diversidade cultural — algo “natural”, marcador de pertencimentos múltiplos —, a experiência concreta revela outra face. Na prática, atravessado por discursos puristas e nacionalistas, tanto do lado brasileiro quanto do uruguaio, o sotaque é, não raramente, lido como desvio, como falta, como algo a ser corrigido. Fora de alguns espaços mais acadêmicos ou vinculados a certos tipos de agendas, como as de direitos humanos, por exemplo, onde a pluralidade cultural tende a ser valorizada, o que se observa é a persistência por uma “pureza” de idioma que deslegitima a fala fronteiriça.

4.4 Uma fronteira, duas configurações institucionais e de trabalho distintas

O quarto tema identificado, *Uma fronteira, duas configurações institucionais e de trabalho distintas*, aborda os atravessamentos relacionados às diferenças nas

condições de trabalho e às assimetrias institucionais que marcam as narrativas dos participantes no contexto fronteiriço entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). Trata-se de experiências que emergem do trânsito constante e intenso entre dois sistemas nacionais distintos, cujas normas, lógicas organizacionais e estruturas institucionais naturalmente produzem efeitos concretos na vida educacional e profissional dos participantes. O tema contempla: i) *Assimetrias institucionais e burocráticas*; ii) *Adaptação constante a diferentes sistemas de trabalho*; e iii) *Diferenças no ensino superior*.

Em suas narrativas, os participantes descrevem diferenças entre os modos de funcionamento das instituições de cada país, em grande parte relacionadas à organização do trabalho e às regras e procedimentos interno, sendo as instituições de ensino superior brasileiras descritas como mais atravessadas por exigências formais, como normas burocráticas relacionadas à documentação exigida no momento do ingresso — tanto para trabalhadores quanto para estudantes —, além de procedimentos administrativos necessários ao andamento acadêmico, como validação de documentos, protocolos formais para solicitações e até mesmo trâmites para esclarecimento de demandas consideradas simples.

A universidade do Uruguai é muito diferente da universidade do Brasil em todos os aspectos desde os burocráticos até os ideológicos, né? As pessoas são distintas, o trato distinto, o conteúdo é distinto. A lógica na universidade uruguaia não é a mesma lógica no Brasil [referindo-se acesso de discentes e docentes à universidade]. A burocracia não é a mesma [referindo-se aos processos administrativos morosos presentes nas universidades brasileiras]. (Cecília)

Cecília, docente universitária de dupla nacionalidade — com experiência docente em ambos os lados da fronteira —, relata perceber diferenças marcantes entre as universidades do Uruguai e do Brasil. Segundo ela, tais diferenças atravessam múltiplas dimensões do cotidiano acadêmico, mencionando, por exemplo, aspectos burocráticos relativos ao acesso estudantil: no Uruguai, o ingresso na universidade pública não exige vestibular, inclusive em cursos socialmente considerados de maior “prestígio” acadêmico no Brasil e em outros países, como Medicina.

No que diz respeito ao ingresso docente, aponta que, no Uruguai, há

possibilidade de contratações diretas e processos seletivos menos complexos que os concursos públicos brasileiros, além de uma dinâmica institucional que, em sua percepção, se sustenta mais na confiança e em um senso de comunidade — inclusive na comprovação e validação de títulos acadêmicos.

A participante destaca ainda que a lógica de funcionamento da universidade uruguaia não se equipara à brasileira, remetendo a diferenças históricas e políticas na constituição de cada sistema de ensino superior. Em seu relato, sugere que as universidades uruguaias se estruturaram sob bases ideológicas distintas das brasileiras, especialmente em função de seus processos históricos de formação. Nesse sentido, afirma que, enquanto o Uruguai atravessava reformas educacionais, o Brasil ainda vivia um período de escravização da população negra: “Quando o Uruguai estava passando por uma reforma educativa, o Brasil ainda tratava negros como mercadoria” (Cecília), utilizando essa comparação para enfatizar, em sua perspectiva, as diferenças históricas no desenvolvimento educacional entre os dois países.

Por fim, os relatos indicam que, com o tempo, a convivência com essas diferenças tende a se tornar mais manejável, mencionando que, à medida que compreendem a “lógica” de cada instituição passa a ser possível lidar com o cotidiano com menos desgaste, ainda que as diferenças permaneçam presentes.

Nesse movimento de familiarização progressiva com as dinâmicas institucionais, emerge também a questão da adaptação aos diferentes sistemas de trabalho. No que se refere a esse aspecto, os participantes narram a necessidade constante de ajustar práticas, comportamentos e expectativas diante de regras que variam conforme o país e a instituição. A adaptação é descrita como um processo permanente, e não como uma etapa pontual da trajetória.

As falas destacam que as normas e exigências mudam de um contexto para outro, exigindo atenção contínua. A fala da participante 2, Cecília, docente universitária — “eu senti uma superação constante que eu sinto até hoje. Tens que estar sempre aprendendo” (Cecília) — ligada à sua condição de docente. Ao circular entre contextos de trabalho diferentes, ela relata sentir que precisa estar sempre se atualizando e revendo suas práticas. Nesse sentido, a mobilidade entre sistemas distintos acaba demandando adaptações frequentes nas formas de trabalho,

reforçando essa sensação de que é preciso estar sempre aprendendo e se renovando.

Mesmo quando há a sensação de familiaridade, novas demandas podem surgir, como indicado na narrativa do participante 9, Pedro, contador brasileiro que exerce suas atividades laborais no Uruguai: “quando acha que já se acostumou com o sistema uruguaio, aparece outras exigências diferentes, principalmente na minha área [contábil], às vezes muda a forma de tratar as problemáticas fiscais, trabalhistas principalmente que sempre mudam... [...] preciso parar para aprender de novo” (Pedro). No caso do participante 9, essa adaptação está ligada à sua própria função como contador, que exige atualização constante diante de mudanças em normas, exigências e procedimentos. Assim, mesmo depois de se familiarizar com o sistema uruguaio, ele relata que novas demandas continuam surgindo, o que exige renovação contínua de conhecimentos.

Essa adaptação contínua é narrada como parte do cotidiano profissional em contexto transfronteiriço. Os participantes descrevem esse processo como recorrente, associado à necessidade de compreender normas institucionais, formas de organização do trabalho e expectativas distintas em cada espaço.

Em relação à educação superior, porém em um sentido distinto do abordado anteriormente, o foco recai agora sobre a revalidação de diplomas. Ainda que haja integração histórica e circulação cotidiana entre os dois países, existem normas específicas para o exercício profissional em cada território, sobretudo no caso das profissões vinculadas ao ensino superior — objeto desta dissertação. Nesse contexto, os participantes narram que, em muitos casos, é necessária a revalidação formal do diploma para atuar profissionalmente no país vizinho.

A participante 10, Alice, docente na área de Educação Física, inicia seu relato enfatizando a costura de diferenças envolvida nesse processo. Ela precisou deslocar-se até Montevideu para revalidar seu título conquistado em uma universidade do Brasil, uma vez que uma das poucas instituições habilitadas para esse procedimento no país é a Universidad de la República, cuja estrutura administrativa concentra-se majoritariamente na capital. Segundo ela, “o ensino superior funciona de um jeito muito diferente em cada país, nomenclaturas, títulos, revalidação. São dois mundos completamente distintos” (Alice), citando o exemplo

de que, durante o processo de revalidação de seu curso de Educação Física, foi exigido que cursasse duas disciplinas adicionais ao longo de um semestre, a fim de suprir diferenças curriculares identificadas pela universidade.

O participante 9, Pedro, contador, relata que, por ter se formado no Brasil, precisou revalidar seu curso no Uruguai antes de poder exercer a profissão. Ele destaca que, até a conclusão do processo, viu-se impossibilitado de trabalhar formalmente na área, uma vez que seus serviços não teriam validade legal no país. Ao ser questionado sobre um dos maiores desafios de trabalhar em outro país, aponta justamente o tempo de espera e a impossibilidade de exercer enquanto a revalidação não é finalizada.

Durante o processo de reválida, tu ainda não pode trabalhar efectivamente no Uruguai, que foi o meu caso. Daí acaba que tem que juntar toda uma documentação e ainda esperar o tempo, que demora cerca de um ano, mais ou menos, pra finalmente poder exercer, que foi seguramente um dos meus principais desafios. (Pedro)

Por fim, ele sugere: “acho que devia ter um mecanismo que evite todo esse trabalho de revalidação que é sempre muito demorado e todo mundo sai perdendo né, o trabalhador e o mercado” (Pedro). Embora já existam medidas que buscam facilitar o processo de revalidação — como a dispensa de tradução e apostilamento para diplomas emitidos por instituições do Mercosul —, as narrativas indicam que a prática ainda é marcada por morosidade e complexidade. Se trata de um procedimento custoso em diferentes sentidos: envolve taxas administrativas, deslocamentos — muitas vezes até a capital — e um tempo prolongado de espera, durante o qual o profissional permanece impedido de exercer plenamente sua atividade.

4.5 O preconceito “atenuado” da Fronteira da Paz

Já o quinto e último tema identificado, O preconceito “atenuado” da Fronteira da Paz, reúne as narrativas dos participantes acerca de experiências de preconceito relacionadas aos seus deslocamentos migratórios — isto é, situações vivenciadas

no país em que exercem atividade profissional, necessariamente distinto daquele em que residem, conforme critério de inclusão da pesquisa. O tema traz aspectos como: i) as variações na aceitação do trabalhador migrante por parte do empregador ou da instituição de vínculo — código *Variações na aceitação do trabalhador pela instituição* —; ii) a ideia de que a alta qualificação acadêmica — títulos de mestrado, doutorado e estágios de pós-doutorado — pode operar como mecanismo de mitigação da discriminação — código *Alta qualificação como mecanismo de mitigação da discriminação* —; e, ainda, iii) a percepção de que o preconceito se apresenta de maneira distinta no contexto da fronteira em análise, quando comparado a outros processos migratórios, ainda que continue sendo um elemento recorrente nas experiências de migração — código *Percepções sobre a discriminação em comparação a outros lugares*.

Logo nas primeiras narrativas, se torna evidente que a experiência do trabalhador com a discriminação — isto é, se ela vai ou não ocorrer — não aparece como algo “dado de antemão”, mas como algo que depende do tipo de emprego, se mais qualificado ou menos qualificado, e do tipo de empresa. Em outras palavras, depende do contexto daquele trabalho, do prestígio que ele ocupa na sociedade local e também do “prestígio” que aquele trabalhador possui — e nisso entram títulos acadêmicos, questões financeiras, familiares e todo o arcabouço que compõe o capital humano. Para os participantes, portanto, a questão da discriminação não se mostrou homogênea, especialmente porque atravessam momentos distintos em suas trajetórias profissionais — desde pessoas mais jovens, iniciando suas carreiras em organizações do setor privado, até servidores públicos com mais tempo de “casa”.

Entre os ambientes onde os participantes dizem não sentir discriminação, se destaca o meio acadêmico em ambos os lados da fronteira — universidades, institutos universitários (no caso do Uruguai, CeRPs e IFDs) e instituições de educação profissional e tecnológica (no caso do Brasil, IFs). Nesses espaços, a participante 1, Helena, brasileira, docente em um instituto universitário público, narra se sentir mais “à vontade” com sua condição migrante: “em ambiente mais acadêmico eu senti mais abertura [enquanto migrante], porque as pessoas são mais abertas” (Helena).

Parte dessa percepção pode ser compreendida pelo fato de que, em diferentes países, a circulação internacional é valorizada no meio universitário. Não apenas pesquisadores do norte global são bem recebidos no sul global, mas o inverso também ocorre: universidades norte-americanas contam com forte presença de pesquisadores asiáticos, assim como universidades europeias recebem fluxos diversos, inclusive latino-americanos.

Em contraste, os participantes que atuam em espaços descritos como não acadêmicos, como organizações privadas, comparativamente mais populares e de menor “prestígio social”, descrevem situações marcadas por um pouco mais de discriminação e desconfiança. A participante 6, Marina, brasileira, assistente administrativa, que trabalha em uma pequena distribuidora no Uruguai, afirma: “o julgamento vem mais rápido, principalmente pelo acento [sotaque], pelo jeito de falar” (Marina). Uma possível explicação para a maior discriminação nos ambientes populares e a menor discriminação nos ambientes acadêmicos pode estar relacionada ao capital intelectual associado ao meio acadêmico. O preconceito, o medo e a xenofobia em relação a migrantes podem estar vinculados, além de fatores históricos e elementos psicológicos — sobretudo ao medo de substituição, isto é, à insegurança de ser substituído pelo migrante —, ao desconhecimento sobre o assunto. Segundo essa percepção, contextos com menor acesso a capital intelectual tenderiam a reconhecer menos esse processo de medo irracional que pode se converter em raiva ou preconceito.

Em consonância com o que já havia sido apontado anteriormente — especialmente no que diz respeito à influência do capital humano na experiência que o migrante terá e à maior abertura do ambiente acadêmico aos estrangeiros —, a participante 2, Cecília, docente com doutorado conquistado em uma universidade brasileira de alto prestígio, reconhecida inclusive no Uruguai, além de estágio de pós-doutorado, ao ser questionada se já havia vivenciado algum processo de discriminação ou preconceito, narra:

Quando eu vim para cá [Uruguai], eu já tinha pós-doutorado. Então, é outra coisa, né? [...] eu já tinha um currículo que me colocava num lugar onde não tinha discriminação, [...], o meu chefe, quando eu tomei posse, meu chefe [nome do chefe], né, quando eu tomei posse, quando entrei na universidade, o [nome do chefe] me apresentou tudo, me levou em todos os

setores, me apresentou todo mundo e ele me apresentava para as pessoas como “ela é nosso Messi, nossa última contratação é o nosso Messi”. (Cecília)

Ao relatar que foi apresentada com entusiasmo aos colegas por seu chefe — fazendo inclusive a analogia ao jogador de futebol de excelência, Lionel Messi —, a participante 2, Cecília, corrobora o que foi discutido anteriormente: existem “lugares”, posições que o indivíduo ocupa dentro de determinado espaço — no caso, seu local de trabalho, uma universidade — conforme o capital que mobiliza, sua trajetória e o prestígio acumulado, especialmente quando construído em instituições igualmente prestigiadas. Ao mesmo tempo, sua fala permite entrever que, se não dispusesse dessa trajetória de prestígio, muito provavelmente não teria sido recebida da mesma forma — e talvez sequer viesse a ocupar um lugar dentro de uma universidade.

O grado [o grau ou a formação] ainda é uma ferramenta importante em ambos os lados, tanto no Uruguai quanto no Brasil, mesmo com mais pessoas se formando e a questão do excesso de profissionais, principalmente no Brasil. (Javier)

Ao narrar sua trajetória educacional e refletir sobre a mudança na importância dos diplomas ao longo do tempo, o participante 11, Javier, engenheiro elétrico, opina que, mesmo diante do passar dos anos, do chamado “apagão” da educação superior e, de certa forma, da ampliação da oferta no ensino superior frente à retração da demanda estudantil — especialmente no Brasil —, a formação em nível superior continua exercendo um papel relevante para a inserção profissional e para a “conquista de um espaço” enquanto migrante.

Isto é, para o participante 11, a formação permanece como ferramenta de ampliação de acessos, dos mais diversos: desde o acesso ao emprego até outros tipos de capitais que um curso superior possibilita. A narrativa permite entrever que, sem o “grado”, determinadas portas talvez não se abrissem. Assim, ainda que não elimine de maneira completa a discriminação e o preconceito, a formação em nível superior, para os participantes, constitui um elemento que tem o potencial de reorganizar narrativas e experiências.

Já em relação à “intensidade” e ao tipo de discriminação, se nota, pela narrativa dos participantes, que o que eles enxergam aqui, na fronteira Santana do

Livramento–Rivera, no contexto da migração, é algo um pouco diferente — talvez uma forma “mais leve” de discriminação.

A discriminação que acontece aqui não é como em outros lugares do mundo... não é como se um palestino fosse trabalhar em Israel, dando o exemplo da guerra na Palestina, por exemplo... somos uma fronteira mais amiga. (Emílio)

Eu não tive discriminação. Ela existe, claro que existe. Mas isso [discriminação] eu não acredito que tenha a ver com o fato da fronteira. Eu acho que o que acontece é um tema migratório [algo que acontece com todos os migrantes, não somente na fronteira Santana do Livramento–Rivera]. (Cecília)

Essas percepções podem ser compreendidas a partir de várias razões, sobretudo das proximidades históricas e culturais entre Brasil e Uruguai, que tendem a produzir esse tipo de leitura. Um exemplo é a proximidade linguística: português e espanhol são línguas muito parecidas, e pessoas de ambos os lados conseguem se comunicar de forma breve, se necessário, mesmo sem fluência plena na outra língua.

Outra questão é a proximidade econômica e social. Ainda que existam diferenças em termos de renda, segurança e bem-estar social, Brasil e Uruguai são dois países em desenvolvimento; isto é, não há uma superioridade gritante de um lado sobre o outro, o que pode gerar uma sensação maior de identificação. Soma-se a isso uma possível proximidade étnica, considerando que, tanto no sul do Brasil quanto no Uruguai, grande parte da população compartilha descendências semelhantes — espanhola, portuguesa, italiana e árabe entre as mais comuns, além de uma cultura relacionada à alimentação, à vestimenta, às variadas formas artísticas serem semelhantes.

4.6 Discussão

Conforme apresentado ao longo deste estudo, a pesquisa teve como objetivo compreender como se configura o trabalho fronteiriço de profissionais qualificados no contexto da mobilidade pendular entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). Para isso, buscou-se caracterizar o perfil dos trabalhadores que residem

em um dos lados da fronteira e exercem suas atividades laborais no outro. Além disso, procurou-se descrever as trajetórias estudantis e profissionais que levaram esses indivíduos a estabelecer esse tipo de mobilidade cotidiana, analisando também as oportunidades e desafios associados à migração pendular por trabalho nessa região de fronteira.

Em convergência com Francellino (2020), o estudo identificou elementos que indicam que a migração pendular afeta dimensões simbólicas e de pertencimento dos migrantes, especialmente no que se refere à forte ligação afetiva com a fronteira e com ambos os lados do território, à naturalização da circulação cotidiana entre as duas cidades e à presença de vínculos culturais e linguísticos compartilhados, que atravessam as experiências familiares, sociais e profissionais dos participantes, não se tratando apenas de um deslocamento territorial, mas de um fenômeno que ultrapassa essa dimensão e adquire contornos mais amplos no plano simbólico, o que neste estudo denominou-se *identidades pendulares*. De modo semelhante, observa-se consonância com Moura *et al.* (2005), quando a autora aponta que esse tipo de migração pode incidir sobre a própria relação que o trabalhador estabelece com o seu trabalho. Da mesma forma, alinhando-se ao estudo de Nogueira e Rippel (2022), foram identificadas questões que indicam que o trabalhador é frequentemente mobilizado por demandas relacionadas ao capital humano, no sentido de que precisa constantemente mobilizar esse capital para ser melhor aceito tanto como cidadão quanto como trabalhador. Entre esses elementos, destacam-se a percepção de que níveis mais elevados de capital educacional e social tendem a favorecer a recepção e a inserção no outro lado da fronteira, bem como a valorização de vínculos com instituições de maior prestígio — especialmente no meio acadêmico —, que funcionam como marcadores de legitimidade e reconhecimento. Por outro lado, pode-se dizer que as narrativas e experiências dos participantes se mostram, em vários aspectos, distintas daquelas descritas na literatura, sobretudo em razão das especificidades da chamada “Fronteira da Paz”, marcada por relações históricas de convivência e amizade entre as cidades, pela ausência de barreiras no cotidiano da passagem fronteiriça e pela proximidade cultural, elementos que ao longo da vida favorecem a constituição de uma identidade pendular associada a experiências de estudo, trabalho e sociabilidade

transfronteiriça. Entre esses aspectos, destacam-se a intensidade com que os deslocamentos aparecem nas trajetórias cotidianas, a naturalidade com que são narrados e a forte familiaridade dos participantes com essa dinâmica, muitas vezes associada ao fato de terem crescido ou vivido por longos períodos nesse contexto fronteiriço, no qual atravessar a fronteira se constitui como parte ordinária da vida social e do cotidiano.

Quanto às motivações, os resultados encontrados mostraram-se, em grande medida, semelhantes ao que já vem sendo apontado na literatura. Tal como indicado pelos autores Cunha e Pessini (2008) e pela Organização Internacional para as Migrações — OIM (2020), o movimento pendular dos trabalhadores estudados também aparece fortemente associado a questões econômicas e a determinados benefícios fiscais. Surgem, por exemplo, aspectos como melhores salários e menor custo de vida, como no caso de migrantes brasileiros ou brasileiro-uruguaios que trabalham no Uruguai e residem no Brasil. O que se apresenta como um achado mais particular do estudo refere-se ao grupo 2 — composto por participantes que residem no Uruguai e trabalham no Brasil —, no qual surgiram casos de indivíduos que realizam esse movimento não necessariamente por razões econômicas mais diretamente apontadas na literatura, mas por fatores relacionados a oportunidades relacionadas a sua área de atuação e formação, comodidade ou circunstâncias afetivas e específicas de vida.

No que se refere à linguagem e à comunicação, cabe destacar que estudos como os de Ramalho e Brito (2016) e Cunha e Pessini (2008) tratam de deslocamentos entre cidades situadas dentro de um mesmo país, isto é, em contextos de compartilhamento de uma mesma língua. Por outro lado, pesquisas como as de Romano (2023), realizadas na fronteira entre Estados Unidos e México, e relatórios de organismos internacionais, como União Europeia (2024), abordam contextos de mobilidade transfronteiriça nos quais diferentes idiomas também estão presentes. Ainda assim, o que se encontrou no presente estudo foi um conjunto de situações bastante particular e ainda pouco explorado na literatura que compõe o referencial teórico. Nesse sentido, os achados dialogam parcialmente com o estudo de Jasinski (2021), que também identifica a presença doportunhol em contextos fronteiriços latino-americanos. Num primeiro momento há, portanto, um ponto de

convergência, na medida em que o portunhol também aparece como “língua” relevante no cotidiano da região investigada. Contudo, no âmbito do trabalho, se observa um elemento de divergência: enquanto na interação cotidiana da fronteira é comum o uso de formas híbridas de comunicação, como o portunhol, no ambiente profissional os trabalhadores tendem a precisar utilizar a língua do país em que exercem suas atividades — português no Brasil e espanhol no Uruguai. Assim, emergiram diversos desafios relacionados à linguagem, como a necessidade de adaptação por parte do migrante, o esforço constante em relação ao idioma, situações de não fluência e equívocos linguísticos, além de estigma ligado ao sotaque e a episódios de discriminação.

Quanto às diferentes condições de trabalho, em dissonância com o que foi identificado em outros estudos sobre trabalho em regiões de fronteira — como os de Barboza (2024), Helfenstein e Ferrari (2010), Ferrari (2010) e Almeida (2011) —, não foram narradas questões relacionadas a processos intensos de precarização, desigualdades marcantes ou situações recorrentes de informalidade, invisibilização ou degradação das condições de trabalho. Entretanto, esse resultado pode ser parcialmente explicado pelos próprios critérios de inclusão adotados na pesquisa, que exigiam a existência de vínculo formal de emprego, o que naturalmente reduz a probabilidade de narrativas relacionadas à informalidade. Soma-se a isso o fato de que os participantes possuíam ensino superior, marcador que, de modo geral, costuma estar associado a melhores condições de inserção no mercado de trabalho.

Os achados do estudo no que se refere às condições de trabalho são, a partir das narrativas dos participantes, especificidades próprias do contexto fronteiriço, tais como diferenças nas lógicas institucionais e ideológicas — particularmente no campo educacional —, bem como as questões relacionadas ao uso de diferentes idiomas no cotidiano de trabalho, demandando dos migrantes uma constante adaptação linguística nas interações com colegas, estudantes e gestores, assim como diferenças nas formas de “trato”. Soma-se a isso o fato de precisarem atravessar diariamente a fronteira entre os dois países para trabalhar, algo que passa a fazer parte de suas condições de trabalho.

Já em relação ao último tema, a discriminação, em consonância com Barboza (2024) e Yaroshenko *et al.* (2023), foram narradas práticas discriminatórias,

especialmente associadas à linguagem. Contudo, um dos achados do estudo aponta que, nesse contexto específico de fronteira, o preconceito tende a ser percebido como relativamente menor, possivelmente em razão da proximidade linguística, cultural, e econômica que caracteriza as relações entre os dois lados da fronteira.

Por fim, para sintetizar visualmente esse fenômeno, apresenta-se a seguir uma representação do movimento pendular entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), acompanhada de um mapa da região de fronteira.

Figura 2 — Sintetização visual do movimento pendular entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai)



Fonte: Elaboração própria com auxílio de IAG.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo — compreender como se configura o trabalho fronteiriço de profissionais qualificados em contexto de migração pendular entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) — foi alcançado na medida em que as narrativas dos participantes tornaram possível identificar diferentes dimensões que estruturam essa experiência de trabalho transfronteiriço: as narrativas mostram que a mobilidade pendular, nesse contexto, não se limita a um simples deslocamento territorial para fins laborais, mas envolve também aspectos identitários, afetivos e financeiros, articulados às particularidades históricas, culturais e geográficas da região. A forte familiaridade com a travessia cotidiana, a naturalidade com que os deslocamentos aparecem nas narrativas e a intensidade com que a circulação entre as cidades se integra ao cotidiano dos trabalhadores mostram como se dá o trabalho fronteiriço nesse território.

No que se refere ao primeiro objetivo específico — caracterizar o perfil dos participantes residentes de Santana do Livramento (Brasil) que trabalham em Rivera (Uruguai) e de residentes de Rivera (Uruguai) que trabalham em Santana do Livramento (Brasil), bem como suas condições de trabalho —, o estudo tornou possível identificar características sociodemográficas, formativas e profissionais dos participantes, levantando um grupo relativamente heterogêneo em termos de trajetórias e áreas de atuação. Tratam-se de trabalhadores com ensino superior e inserção em atividades formais, muitos deles vinculados ao campo educacional, além de funções administrativas, contábeis e de gestão. Quanto à nacionalidade, entre os participantes, seis são exclusivamente brasileiros, seis exclusivamente uruguaios e oito possuem dupla nacionalidade brasileiro-uruguaia, os chamados *doble-chapas*.

Quanto ao segundo objetivo específico — descrever a trajetória de vida estudantil e profissional que levou à migração pendular por trabalho —, as narrativas mostram que esse tipo de mobilidade costuma estar articulado a trajetórias educacionais e profissionais que atravessam a fronteira desde etapas anteriores da vida dos participantes. Em diversas narrativas, a circulação entre as duas cidades aparece como algo já presente em experiências escolares, universitárias ou

profissionais anteriores, indicando que a travessia da fronteira, em muitos casos, não se inicia necessariamente com o trabalho, mas se insere pelo contexto das relações familiares e afetivas binacionais e por trajetórias mais amplas de circulação e socialização no espaço fronteiriço. Já as motivações para o deslocamento estão frequentemente associadas a fatores econômicos, como melhores salários e diferenças no custo de vida. Entretanto, também foram identificadas motivações relacionadas a oportunidades profissionais específicas, comodidade e circunstâncias pessoais ou familiares, especialmente no caso de trabalhadores que residem no Uruguai e trabalham no Brasil.

Quanto ao terceiro objetivo específico — analisar as oportunidades e desafios da migração pendular por trabalho nessa região de fronteira —, os resultados indicam que, no que se refere às oportunidades, os participantes apontaram que viver em uma região de fronteira amplia as possibilidades de estudo e formação, uma vez que permite o acesso a instituições educacionais em ambos os países, tanto na fase escolar quanto no ensino superior, possibilitando trajetórias formativas com caráter internacional. Além disso, a própria dinâmica fronteiriça pode favorecer oportunidades de trabalho no país vizinho, uma vez que existem acordos entre Brasil e Uruguai que, ainda que de forma burocrática, facilitam a obtenção de documentação e a inserção laboral para residentes da região de fronteira. Entre os desafios relatados, destacam-se questões relacionadas à linguagem e à comunicação, incluindo esforços de adaptação ao idioma, situações de não fluência e episódios de discriminação associados ao sotaque. Ainda assim, os participantes também indicaram que, no contexto específico da fronteira Santana do Livramento–Rivera, essas tensões tendem a ser percebidas como relativamente menores, em razão da proximidade linguística e cultural que caracteriza a convivência entre as duas cidades. Em relação às condições de trabalho, não foram relatadas situações recorrentes de precarização intensa, informalidade ou invisibilização do trabalho, resultado que pode estar relacionado tanto ao perfil educacional dos participantes quanto aos critérios de inclusão da pesquisa, que priorizaram trabalhadores com vínculo formal de emprego.

No plano teórico, este estudo contribui para ampliar a compreensão da migração pendular em contextos de fronteira ao tornar possível identificar elementos

que diferem, em alguns aspectos, do que tem sido descrito na literatura sobre mobilidade laboral transfronteiriça. Enquanto grande parte dos estudos costuma tratar a migração pendular sobretudo como um fenômeno associado a deslocamentos motivados por diferenças econômicas entre territórios ou por dinâmicas do mercado de trabalho, os resultados aqui apresentados indicam que, no contexto específico de Santana do Livramento–Rivera, além da relevância do fator econômico, essa mobilidade está profundamente integrada às trajetórias de vida fronteiriça dos trabalhadores imbricada a uma identidade pendular. As narrativas analisadas mostram que muitos participantes cresceram, estudaram ou circularam entre os dois lados da fronteira desde etapas precoces de suas vidas, bem como constituíram famílias binacionais, isto é, o trabalho é uma motivação para a migração pendular, mas não o único fator motivador. Logo, depreende-se que isso faz com que o atravessamento cotidiano da fronteira seja percebido menos como um deslocamento internacional extraordinário para fins de trabalho e mais como parte ordinária da experiência social, laboral e identitária nesse território fronteiriço.

Além disso, os resultados também contribuem para a compreensão de outras dimensões associadas à migração pendular. No que se refere às motivações para a migração, observou-se que, para além das razões econômicas, as decisões de mobilidade são frequentemente influenciadas por oportunidades concretas de trabalho facilitadas por redes sociais próximas, como familiares ou parceiros afetivos. No campo da linguagem e da comunicação, embora o uso do portunhol seja amplamente reconhecido como uma prática cotidiana na região de fronteira, os participantes indicaram que, em ambientes formais de trabalho, essa forma híbrida de comunicação tende a não ser socialmente bem aceita, o que leva os trabalhadores a evitar seu uso nesses contextos. Quanto às diferentes condições de trabalho e às assimetrias institucionais, os achados sugerem que, no caso específico desta fronteira e do grupo investigado — composto por trabalhadores com ensino superior e inseridos em empregos formais — não foram identificados elementos recorrentes de informalidade ou precarização laboral frequentemente descritos em outros estudos sobre mobilidade transfronteiriça. Por fim, no que diz respeito à discriminação, os relatos apontam para a presença de formas mais sutis e atenuadas de diferenciação entre brasileiros e uruguaios, possivelmente explicadas

pela proximidade geográfica, linguística e sociocultural que caracteriza a região fronteiriça.

No plano prático, os resultados deste estudo dialogam com princípios presentes nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente aqueles relacionados ao trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), à redução das desigualdades (ODS 10) e ao fortalecimento de instituições e políticas inclusivas (ODS 16). Nesse sentido, os achados da pesquisa também podem servir de base para a elaboração de políticas públicas e iniciativas institucionais voltadas às dinâmicas de trabalho em regiões de fronteira, como a promoção de projetos institucionais, especialmente por parte de instituições de ensino superior — que se mostraram organizações representativas neste estudo — em parceria com órgãos públicos e organizações empregadoras, voltados à conscientização sobre a diversidade linguística e cultural no ambiente de trabalho fronteiriço, favorecendo relações profissionais mais inclusivas entre brasileiros e uruguaios. Também podem ser estimuladas políticas de ampliação de programas de contratação de profissionais estrangeiros no meio acadêmico, fortalecendo a circulação de trabalhadores qualificados na região, como já ocorre no Uruguai em iniciativas como o programa *Contratación de Académicos del Exterior*, que prevê chamadas para a contratação de docentes provenientes do exterior e que poderia ser ampliado no contexto das regiões de fronteira. Além disso, as narrativas dos participantes indicam a importância de políticas que facilitem e tornem mais ágeis os processos de documentação e regularização necessários para o exercício do trabalho entre os dois países, dimensão frequentemente mencionada como um entrave na experiência de migração pendular.

Como toda pesquisa, entretanto, este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. Entre elas, destacam-se os critérios de inclusão adotados, que priorizaram trabalhadores com vínculo formal de emprego e com nível de ensino superior. Esses fatores podem ter influenciado determinados resultados — especialmente no que se refere às condições de trabalho —, uma vez que trabalhadores em situação de informalidade ou com menor escolaridade, que também compõem a realidade do trabalho em regiões de fronteira, não foram “contemplados” na pesquisa. Diante disso, sugere-se que pesquisas futuras possam

ampliar o escopo de análise, incluindo trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade e inserção laboral, bem como explorar outras dimensões ainda pouco investigadas nesse contexto, como as trajetórias de trabalhadores informais, os impactos de políticas migratórias e laborais na mobilidade pendular e as transformações nas dinâmicas de trabalho nas regiões de fronteira.

Outra limitação diz respeito ao instrumento de pesquisa ter abordado sobre a migração pendular em um caráter binário, isto é, sobre experiências de moradia e trabalho em um lado ou outro da fronteira. Considerando que os resultados apontam para as vivências de uma identidade pendular constituída ao longo da vida por uma intensa troca entre as duas cidades e países, pesquisas futuras também poderiam buscar compreender o caráter de uma cultura híbrida “*brasiguaia*” nos ambientes de trabalho formais na percepção de trabalhadores qualificados. Nesse sentido, espera-se que o presente estudo possa contribuir para o avanço das discussões sobre mobilidade pendular e trabalho em contextos fronteiriços, além de servir de base para novas investigações sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ABBONDANZA, M.; SCHERER, L. A.; FLECK, C. F. Os meus, os seus, os nossos planos: a questão da mobilidade a partir de histórias de casais dual career. **Adm. MADE** (Universidade Estácio de Sá), ano 20, v. 24, n. 1, p. 1–18, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.21714/2237-51392020v24n1p001018>.

AGUIAR, P. A fronteira como espaço de trabalho: o mercado de trabalho no contexto das regiões de fronteira de Brasil e Bolívia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 63, n. 2, p. 85–97, jul./dez., 2018. DOI: https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375_2018_n2_85-97.

ALMEIDA, L. N. **O Estado e os ilegalismos nas margens do Brasil e do Uruguai**: um estudo de caso sobre a fronteira de Sant'ana do Livramento (BR) e Rivera (UY). 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALMEIDA, R. da S. A desproteção social e a saúde do trabalhador, na região de fronteira do RS com Argentina e Uruguai. **Sociedade em Debate**, v. 17, n. 2, p. 121–136, jul./dez., 2011.

AMARAL, P. A. T. do. A evolução do mercado de trabalho na faixa de fronteira do Brasil. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 2014, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. p. 963-976.

ANDAN, O.; D'ARCIER, B. F.; RAUX, C. Mouvements, déplacements, transport: la mobilité quotidienne. In: AURAY, J. P. *et al.* (Org.). **Encyclopédie d'économie spatiale**: concepts - comportements - organisations. Paris: Economica, 1994. p. 247-252.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 20, n. 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BARBOZA, S. de F. **Trabalho e desigualdades**: o emprego sem registro formal entre trabalhadores fronteiriços uruguaios na cidade-gêmea de Santana do Livramento/RS. 2024. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

BARCELOS, T. do N. de; CAVALCANTE, J. R.; FAERSTEIN, E.; DAMIÃO, J. de J. Migração forçada, refúgio, alimentação e nutrição: uma revisão integrativa da literatura na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, e33026, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333026>.

BRASIL. **Decreto nº 5.105**, de 8 de junho de 2004. Dispõe sobre a concessão de visto a estrangeiro residente em cidade fronteiriça. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jun. 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5105.htm>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Publicado decreto que reajusta salário mínimo para R\$ 1.621 a partir de 1º de janeiro**. Brasília: Governo Federal, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/12/publicado-decreto-que-reajusta-salario-minimo-para-r-1-621-a-partir-de-1o-de-janeiro>.

BRAZ, R. M.; SCHERER, L. A. Sonoridade e sororidade: o trabalho imaterial na carreira de mulheres pertencentes a um coletivo musical na Fronteira da Paz. **Revista Alcance**, v. 31, n. 3, p. 17–36, set./dez., 2024. DOI: [https://doi.org/10.14210/alcance.v31n3\(set/dez\).17-36](https://doi.org/10.14210/alcance.v31n3(set/dez).17-36).

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.

CANADÁ. Statistics Canada. **Place of Work Status, Industry – North American Industry Classification System (NAICS) 2007 (102), Sex and Age Groups for the Employed Labour Force Aged 15 Years and Over, in Private Households of Canada, Provinces, Territories and Census Divisions**. National Household Survey, 2011.

CARDIN, E. G.; ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras, deslocamentos e suas dinâmicas sociais**. Uberlândia: EDUFU, 2022.

CORREIA, I. A. Migração e mobilidade pendular nas metrópoles cearenses: integração ou fragmentação? **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, ano 22, v. 1, n. 45, p. 259–284, abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.36810/rde.v1i45.6388>.

CRAIDE, A.; FISCHER, T. Estratégias de profissionais em uma cultura distinta: da intramobilidade à construção artesanal da interculturalidade intranacional. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 1, n. 3, p. 101–122, 2012. DOI: <https://doi.org/10.9771/23172428rigs.v1i3.17963>.

CUNHA, J. M. P. da; PESSINI, D. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 1, n. 2, 2008. DOI: <https://doi.org/10.31406/relap2008.v1.i1.n2.5>.

CUNHA, J. M. P. da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 3–20, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000400001>.

DESCHAMPS, M.; DELGADO, P.; MOURA, R. Mobilidade pendular na faixa de fronteira brasileira: particularidades dos arranjos transfronteiriços. In: PÊGO, B.; MOURA, R. (orgs.). **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública – Volume 1**. Rio de Janeiro: Ipea, MI, 2018.

FERRARI, M. **Conflitos e Povoamento na Fronteira Brasil-Argentina**: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones). 1. ed. Florianópolis: EDUFSC, 2010.

FERREIRA, U. C. S.; JANNUZZI, P. de M.; GIANNELLA, L. de C. Mover-se na metrópole: movimentos pendulares na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, v. 25, n. 57, p. 617–639, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5711>.

FRAGA, A. M.; PRESTES, V. A.; GRISCI, C. L. I. Nem lá, nem cá: movimento pendular como estratégia de viver a vida na expatriação. In: VACLAVIK, M.; COLOMBY, R. K.; GUIMARÃES, R. C. (orgs.). **Trabalho e carreira: perspectivas contemporâneas**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020.

FRANCELLINO, S. M. R. de L. Migração pendular de estudantes universitários na região de Aquidauana - Mato Grosso do Sul - Brasil. *Trayectorias Humanas Transcontinentales*, n. 6, p. 137–152, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25965/trahs.2395>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

HELFENSTEIN, L.; FERRARI, M. A condição jurídica do imigrante trabalhador na região de fronteira do Paraná limítrofe ao Paraguai e Argentina. **Geografia em Questão**, v. 13, n. 2, p. 114–129, 2020. DOI: <https://doi.org/10.48075/geoq.v13i2.24743>.

JARDIM, A. P. Algumas reflexões sobre o estudo das migrações pendulares. In: V ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: Núcleo de Estudos Populacionais, NEPO, Unicamp, 2007.

JASINSKI, I. Redes das literaturas de fronteiras como existência e pluralidade. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 62, e625, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2316-4018625>.

JOVCHELOVICH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.;

GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90–113.

KOPINAK, K.; MIRAS, R. M. S. Types of Migration Enabled by Maquiladoras in Baja California, Mexico: The Importance of Commuting. **Journal of Borderlands Studies**, v. 28, n. 1, p. 75-91, 2013. DOI: 10.1080/08865655.2012.751733.

LAMEIRA, V. de C.; GOLGHER, A. B. Deslocamento para trabalho e diferenciais salariais na Região Metropolitana de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, e202238, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202238>.

LOBO, C.; CARDOSO, L.; ALMEIDA, I. L. de. Mobilidade pendular e integração regional: uma metodologia de análise para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 20, n. 41, p. 171–189, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4108>.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3–22, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000300001>.

MÉLO, J. L. B. Fronteiras: da linha imaginária ao campo de conflitos. **Sociologias**, n. 11, p. 126–146, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222004000100007>.

MENDES, L. M. C. *et al.* Representations of COVID-19: the pandemic in the context of international commuting migration from mining. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 57, spe, e20220382, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0382en>.

MINATTO, G.; SILVA, K. S. da; GERAGE, A. M.; OLIVEIRA, B. N. de; PAIVA NETO, F. T. de; DELEVATTI, R. S.; MALTA, D. C.; DUCA, G. F. D. Active commuting among workers in the Southern of Brazil: a comparative analysis between 2006 and 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1413–1422, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.05832021>.

MOURA, R.; BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 121–133, out./dez., 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000400008>.

NOGUEIRA, C. S.; RIPPEL, R. Migração Pendular: Estudo de caso na Faculdade Assis Gurgacz – Cascavel (PR). **Revista Thêma et Scientia**, v. 2, n. 2, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Glossary on Migration**. N° 34. Geneva: IOM, 2019. ISSN 1813-2278.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **COVID-19 Analytical Snapshot #57: Cross-border Workers – Understanding the migration & mobility**

implications of COVID-19. Geneva: IOM, 25 out. 2020.

PASSARELLI-ARAUJO, H.; SOUZA, J. de; TERRA, D. C. T. Migrações internas e mobilidade pendular: uma análise sobre os processos recentes de crescimento populacional e integração regional no leste fluminense. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, e20210130, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20210130>

PEIXOTO, D. da S.; LOPES, L. S. da S.; MENDES, M. C. F. Maria de Fátima da Silva Gomes e Maria Valrineide da Silva Lima: a educação em meio à migração pendular. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1–12, 2021.

PEREIRA, R. H. M.; HERRERO, V. Mobilidade pendular: uma proposta teórico-metodológica. In: TEXTO PARA DISCUSSÃO N.º 1395, 2009, Brasília. **Anais...** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009.

RAMALHO, H. M. de B.; BRITO, D. J. M. de. Migração intrametropolitana e mobilidade pendular: evidências para a região metropolitana do Recife. **Estudos Econômicos**, v. 46, p. 823–877. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-416146483hrdb>.

ROMANO, P. P. O. Cross-border workers or international commuters at the Mexico-US border: evolution and economic importance. **Estudios Fronterizos**, v. 24, e118, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21670/ref.2307118>.

SALIB, G. R. **Trabalho, migração e vulnerabilidade**: experiências de migrantes nos frigoríficos de Forquilha e Nova Veneza. 2023. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2023.

SILVA, J. de S. Análise dos determinantes da migração pendular nas regiões metropolitanas do Sudeste brasileiro. **Economia & Região**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 29–44, jul./dez., 2020. DOI: <https://doi.org/10.5433/2317-627X.2020v8n2p29>.

SOUZA, A.; ZASSO, C. Professor migrante pendular: contratempos da contemporaneidade. **Educação Básica Revista**, v. 9, n. 1, p. 55–68, 2023.

UNIÃO EUROPEIA. **Trabalhadores transfronteiriços**. Your Europe. Disponível em: https://europa.eu/youreurope/citizens/work/work-abroad/cross-border-commuters/index_pt.htm. Acesso em: 17 fev. 2025.

URUGUAI. Instituto Nacional de Estadística (INE). **Censo Nacional 2023**: Población por rango de edad. Montevideu, 2023. Disponível em: <https://www.gub.uy/instituto-nacional-estadistica/comunicacion/noticias/censo-2023-poblacion-rango-edad>. Acesso em: 17 fev. 2025.

URUGUAI. Corte Electoral. **Carta de ciudadanía** (ciudadanía legal uruguaya). Montevideú: Gobierno de Uruguay. Disponible en: <https://www.gub.uy/tramites/carta-ciudadania-ciudadania-legal-uruguaya>.

URUGUAI. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. **Salario mínimo nacional**: \$ 24.572 desde el 1.º de enero de 2026. Montevideo: MTSS, 2025. Disponible en: <https://www.gub.uy/ministerio-trabajo-seguridad-social/comunicacion/noticias/salario-minimo-nacional-24572-desde-1o-enero-2026>.

YAROSHENKO, O. M.; PROKOPIEV, R. Y.; VELYCHKO, V. O.; BURNIAGINA, Y. M.; ZATYNAICHENKO, K. V. Social guarantees for cross-border and seasonal workers in Europe during COVID-19 and other global crises. **Research in Globalization**, v. 7, p. 100–166, dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.resglo.2023.100166>.

APÊNDICE A — ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 Antes de falarmos sobre os aspectos profissionais, você poderia nos contar um pouco sobre sua história de vida, sua trajetória familiar (de onde você e sua família são e com o que trabalham) e sua trajetória escolar? Esses percursos aconteceram na fronteira ou em outros contextos?

2 Passando para a trajetória profissional, você poderia descrever como é o seu trabalho atualmente e como foi o caminho percorrido até chegar à atividade que exerce hoje?

3 Considerando as particularidades dessa fronteira, como você vivencia, no dia a dia, o deslocamento entre a cidade onde mora e a cidade onde trabalha?

4 Em função do trabalho transfronteiriço, quais foram as principais dificuldades ou barreiras que você enfrentou ao longo da trajetória? Poderia comentar um pouco sobre elas?

5 Você percebe que o trabalho transfronteiriço influencia sua percepção de pertencimento, identidade ou os vínculos que estabelece com as cidades que compõem a fronteira? De que forma?

6 Por estar inserido(a) em um contexto de trabalho transfronteiriço, houve momentos ou situações marcantes que evidenciaram desigualdades, discriminações ou condições distintas de trabalho? Poderia nos contar mais sobre isso?

Muito obrigado pela sua participação!

APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar de um estudo que tem como objetivo analisar as características relacionadas ao trabalho de indivíduos em situação de migração pendular entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). Trata-se de uma pesquisa de Dissertação que está sendo desenvolvida pelo aluno Matteo de los Santos Echevarria, mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa — Campus Santana do Livramento, e orientado pela Professora Doutora Laura Alves Scherer.

A sua participação será através de entrevista em que as falas serão gravadas. Após a sua transcrição, o registro em áudio será destruído como forma de garantir o sigilo das informações e identidades. Todas as informações coletadas serão utilizadas apenas para fins científicos. Nomes próprios de pessoas ou organizações que forem mencionados durante a entrevista não serão divulgados, em hipótese alguma, no intuito de manter o sigilo do entrevistado. Não há respostas certas ou erradas, isto é, o entrevistado falará sobre a sua percepção sobre o tema.

A sua participação é voluntária. Você poderá interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Cabe ressaltar que a sua participação contribuirá para a produção de conhecimento científico.

Eu _____ aceito participar da presente pesquisa. Informo que todas as minhas dúvidas foram respondidas com clareza e sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novos esclarecimentos, bem como pedir meu afastamento da pesquisa através de contato com o pesquisador responsável Matteo de los Santos Echevarria, pelo e-mail [removido] ou pelo telefone [removido].

_____/_____/_____
Assinatura do Participante

_____/_____/_____
Assinatura do Pesquisador

*Documento em duas vias, uma para o pesquisador e outra para o participante.

APÊNDICE C — USO DE IAG

Para a elaboração deste trabalho, foram empregadas as ferramentas ChatGPT (OpenAI), em sua versão gratuita operada pelo modelo GPT-5.3 Instant, e Gemini (Google), em sua versão 3.1 Pro. A utilização desses recursos ocorreu de forma assistencial na geração de imagens (Figura 2) e na revisão linguística do texto original para o aprimoramento de sua fluidez e correção gramatical. O detalhamento das ferramentas e suas respectivas aplicações no processo de escrita estão sintetizados no seguinte Quadro 7:

Quadro 7 — Uso de IAG

Ferramenta	Uso
ChatGPT	Revisão gramatical e ortográfica e polimento estilístico do texto original.
Gemini	Concepção de imagens (Figura 2), revisão gramatical e ortográfica e polimento estilístico do texto original.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE D — APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Helena é brasileira, natural de Santana do Livramento, e tem como ofício a docência universitária. Com formação na área de Ciências Exatas, sua prática docente alcança diferentes cursos, como os das Ciências Humanas e da Saúde, “extrapolando” sua área de origem. Toda a sua trajetória acadêmica foi construída no Brasil, sendo que a inserção profissional no Uruguai ocorreu algum tempo após a conclusão da pós-graduação em uma universidade pública gaúcha. Atualmente, Helena vive um momento de transição: enquanto tramita seu processo de naturalização no Uruguai, estabelece sua vida familiar no Brasil, onde vive com seu parceiro, que é uruguaio natural.

Cecília também é docente no ensino superior. Nascida em Rivera e com dupla nacionalidade, realizou todos os seus estudos — do ensino básico à pós-graduação — em instituições brasileiras. Essa vivência, somada à configuração familiar de pai brasileiro e mãe uruguaia, a conferiu fluência perfeita no português e no espanhol. No campo profissional, leciona disciplinas de Ciências Humanas para diversos cursos. Cecília possui experiência na docência universitária em ambos os lados da fronteira, tendo iniciado sua carreira no Brasil antes de passar a lecionar no Uruguai. Seu núcleo familiar está estabelecido no Brasil, composto por ela e seu cão de estimação, um pastor alemão.

Fernanda é uma brasileira de 23 anos, graduada em Marketing no Brasil. Filha de comerciantes, Fernanda cresceu em Santana do Livramento, mas desenvolveu uma fluência prática no espanhol desde cedo. Atua como Gerente de Marketing em uma empresa privada no Uruguai e reside em Santana do Livramento com sua família, composta por seus pais e irmãos, cruzando a fronteira diariamente para o trabalho.

Emílio, de 45 anos, é brasileiro e possui mestrado no campo das Ciências Humanas obtido no Brasil. Ele exerce a docência em uma instituição de ensino superior pública no Uruguai, mas mantém sua residência em território brasileiro. Casado com uma brasileira, Emílio é fluente em espanhol, embora mantenha um sotaque carregado que ele considera parte de sua identidade fronteiriça.

Heitor possui dupla nacionalidade, tem 31 anos e formou-se em História, com mestrado concluído em Passo Fundo, no Brasil. Atualmente, ele leciona no ensino

básico em uma instituição privada uruguaia, mas optou por residir no lado brasileiro da fronteira. Heitor é fluente em ambos os idiomas e transita com total naturalidade entre as duas culturas. Ele vive com sua companheira em um apartamento próximo à linha divisória.

Marina é brasileira, tem 25 anos e graduou-se em Administração no Brasil. Trabalha como assistente administrativa em uma instituição privada no Uruguai, motivada pela oportunidade de emprego e pela influência de seu noivo uruguaio. Marina é fluente em português e possui um nível intermediário avançado de espanhol, o qual pratica intensamente no ambiente de trabalho.

Paula, de 32 anos, tem dupla nacionalidade, realizou seu mestrado em Educação no Uruguai e atua como coordenadora em uma instituição privada de ensino básico no Uruguai, mas optou por estabelecer sua residência e família no lado brasileiro. Ela justifica essa escolha pelo custo de vida mais baixo em Santana do Livramento, o que facilitou a constituição de sua casa.

Arthur é um uruguaio de 29 anos, formado em Direito e Sociologia em seu país de origem. Apesar de trabalhar como docente em uma instituição privada no Uruguai, ele escolheu residir no Brasil. Arthur mora em um apartamento central com sua família, composta por ele e sua esposa, brasileira.

Pedro é brasileiro, tem 44 anos e graduou-se em Ciências Contábeis no Brasil. Atua como contador em uma empresa privada no Uruguai e reside no Brasil com sua esposa e sogra. Um de seus maiores desafios profissionais foi o longo período aguardando a revalidação de seu diploma para poder exercer efetivamente sua profissão em solo uruguaio.

Alice, de 38 anos, é brasileira e graduada em Educação Física no Brasil. Ela trabalha como docente em uma instituição de ensino básico privada no Uruguai, mas reside em território brasileiro. Alice é solteira e mora com três cães resgatados da rua. Sua fluência no espanhol foi construída de forma autodidata e por meio do contato diário com seus alunos uriguaio, o que a tornou muito querida na comunidade escolar onde atua.

Javier é uruguaio, tem 41 anos e realizou sua graduação em Engenharia Elétrica e de Telecomunicações no Brasil. Ele trabalha como engenheiro elétrico em uma instituição privada brasileira, mas reside no Uruguai. Javier é casado com uma

brasileira e o casal vive no lado uruguaio. Ele possui domínio do português, embora preserve o sotaque uruguaio que exibe com orgulho.

Carla, de 27 anos, é uruguaia e possui formação em Administração e Contabilidade obtida em seu país natal. Ela atua como assistente administrativa em uma instituição privada no Brasil e reside no Uruguai. Carla vive com seus pais no lado uruguaio e é a responsável por organizar a rotina da casa. Sua fluência no português é avançada, fruto de anos de convivência na fronteira e de seu interesse pela literatura brasileira.

Pablo possui dupla nacionalidade e tem 28 anos, tendo se graduado em Psicologia no Brasil. Ele atua como psicólogo autônomo no lado brasileiro, mas mantém sua residência no Uruguai. Filho de uma mãe uruguaia e um pai brasileiro, Pablo sempre viveu o bilinguismo em casa e transita entre os idiomas sem qualquer esforço. Ele atende pacientes de ambas as nacionalidades em seu consultório e vive com sua companheira em uma casa no lado uruguaio.

Catalina tem 37 anos, possui dupla nacionalidade e formou-se em Direito no Brasil. Ela trabalha como advogada autônoma em território brasileiro, mantendo sua residência fixa no Uruguai. Casada com um advogado também doble chapa, Catalina gerencia seu próprio escritório. Em sua vida privada, ela prefere o espanhol e dedica seu tempo livre à pintura e às artes plásticas.

Martina também possui dupla nacionalidade, tem 44 anos e graduou-se em Direito no Brasil, onde também concluiu uma especialização em Direito Processual Civil. Atua como advogada autônoma no lado brasileiro e reside no Uruguai. Martina vem de uma família de tradição jurídica em ambos os países e é perfeitamente fluente nos dois idiomas. Ela vive com seu marido e um filho no lado uruguaio.

Sofia concluiu sua graduação e mestrado em Administração no Brasil. Ela trabalha como administradora em uma instituição de ensino superior pública brasileira, mas mantém sua residência no Uruguai. Sofia fala português fluentemente e atua em uma área com a qual se identifica profundamente, trabalhando em um setor da universidade voltado ao apoio de estudantes em situação de vulnerabilidade. Além disso, foi colega de mestrado do autor, destacando-se como uma colega fantástica, sempre empoderando e fortalecendo aqueles colegas ao seu redor.

Alejandro é um jovem de 22 anos com dupla nacionalidade, graduado em Gestão Financeira no Brasil. Ele atua como assistente administrativo em uma instituição privada brasileira e reside com seus pais no Uruguai. É nativo em espanhol, está iniciando sua carreira profissional e tem como objetivo atual melhorar sua fluência no português.

Lucía, de 30 anos, é uruguaia e graduou-se em Medicina em seu país de origem, onde também se especializou em Clínica Médica. Ela trabalha como médica em uma instituição privada e atua de forma autônoma no Brasil, mas reside no Uruguai. Lucía vive com seu parceiro uruguaio e é fluente em português, idioma que utiliza para o atendimento de seus pacientes brasileiros.

Santiago possui dupla nacionalidade e tem 43 anos, tendo concluído sua graduação em Engenharia Civil no Uruguai. Ele exerce a profissão em uma instituição privada no Brasil e mantém sua residência no lado uruguaio. Santiago é casado com uma mulher brasileira e tem três filhos que frequentam escolas no lado brasileiro da fronteira, objetivando aprender os dois idiomas com fluência.

Romina é uma uruguaia de 29 anos, graduada em Enfermagem e com mestrado em Saúde Pública obtido no Uruguai. Ela trabalha como enfermeira em uma instituição privada no Brasil, mas reside no Uruguai. Romina mora com sua avó e é a principal provedora da casa, dedicando-se com zelo ao cuidado de pacientes no lado brasileiro.